



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* GESTÃO EM ARQUIVOS**

**ESTUDO DE USUÁRIOS E OS PROCESSOS
DE DIFUSÃO NO ARQUIVO DA
CASA DE OSWALDO CRUZ**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Vanessa Leite Miranda

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2012**

**ESTUDO DE USUÁRIOS E OS PROCESSOS
DE DIFUSÃO NO ARQUIVO DA
CASA DE OSWALDO CRUZ**

por
Vanessa Leite Miranda

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista Gestão em Arquivos

Orientador: Prof. Dr. Carlos Blaya Perez

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2012**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos**

**ESTUDO DE USUÁRIOS E OS PROCESSOS
DE DIFUSÃO NO ARQUIVO DA
CASA DE OSWALDO CRUZ**

elaborada por
Vanessa Leite Miranda

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão em Arquivo

COMISSÃO EXAMINADORA:

Carlos Blaya Perez, Dr.
(Presidente/Orientador)

Fernanda Kieling Pedrazzi, Ms. (UFSM)

Sônia Elisabete Constante, Ms. (UFSM)

Sapucaia do Sul, 8 de dezembro de 2012.

Aos meus pais Vânia e Carlos, pelo amor incondicional;

Ao Daniel Elian, por nosso encontro maravilhoso, por ser a melhor companhia
de todas as horas, por nosso infinito amor;

Ao meu irmão Bruno, pela parceria eterna; meus irmãos Pedro e Nando, por
todos os momentos felizes que tivemos;

Aos meus avós Janes, Eza, Henrique e Maria Augusta, por serem exemplos
não só para
mim, mas para muitos;

À tia Solange, pelo carinho e pelos princípios e valores que contribuíram para a
formação dos meus próprios.

Sempre será dedicado a vocês por tudo que vocês representam em minha
vida.

Agradecimentos

Agradeço à minha mãe por representar meu porto seguro, por acreditar no meu potencial e demonstrar essa confiança diariamente.

Ao meu pai, uma figura carioca, carinhosa e carismática, pela preocupação e atenção em todos os momentos. Pelos abraços apertados, por tantos mingaus de aveia e brigadeiros de colher (são os melhores!).

Ao Daniel Elian, por me fazer a mulher mais feliz de todas e por me fazer querer ter a família mais linda.

À Chiquinha, por cuidar de mim como se eu fosse sua própria filha, por todos os quitutes maravilhosos que prepara com tanto carinho.

Aos amigos especiais que tive o privilégio de fazer ao longo da minha trajetória acadêmica, em especial, Ursulla, Bruno e Mônica, da graduação; Maria Cecília e Maria Isabella, da pós-graduação da FIOCRUZ; Victor, Andrea, Fábio e Rafaela, dessa pós-graduação. Agradeço não apenas por fazerem com que minha trajetória se tornasse divertida e inesquecível, mas também, pela ajuda no desenvolvimento pessoal e profissional. Tenho certeza que comemoraremos outras inúmeras conquistas juntos.

Às amigas de infância Paolla, Roberta, Fabinha e Kelly; as do colégio Taiana, Priscilla, Camila, Cyntia, Mari, Aline e Thais. Agradeço pela amizade incondicional de todas vocês, por todos os momentos inesquecíveis e maravilhosos e pela presença fundamental nos momentos difíceis. Agradeço em especial a Taiana por me dar a honra de ser a dinda do Tayan, afilhado mais lindo.

À “família iconográfico” da FIOCRUZ, Cecília, Kiki, Adriana, Thaís, Alice, Aline, Verônica, Vinícius e Roberto pela amizade e carinho que vão muito além do trabalho. Agradeço também ao amigo Jean Maciel, arquivista responsável pela sala de consulta da Casa de Oswaldo Cruz, pela disponibilidade e ajuda fundamental para a realização deste estudo, além de todas as pessoas que trabalham ou trabalharam na Casa contribuindo para o acesso e preservação do objeto deste estudo.

A todos os professores que, de alguma maneira ao longo desta caminhada, melhoraram e transformaram minha forma de enxergar o mundo, colaborando para meu crescimento. Agradeço em especial ao Carlos Blaya

Perez por acreditar nesta proposta de pesquisa e me orientar, pelo incentivo e por todas as sugestões cuidadosas nessa pesquisa.

Esse agradecimento vai muito além do desenvolvimento deste trabalho. É um agradecimento pela vida, e como não poderia deixar de ser, agradeço a Deus por ter tantas pessoas queridas para agradecer.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém
ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”
(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

ESTUDO DE USUÁRIOS E OS PROCESSOS DE DIFUSÃO NO ARQUIVO DA CASA DE OSWALDO CRUZ

AUTORA: VANESSA LEITE MIRANDA

ORIENTADOR: DR. CARLOS BLAYA PEREZ

Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 8 de dezembro de 2012.

O presente trabalho busca estudar o perfil dos usuários do arquivo da Casa de Oswaldo Cruz para identificar suas demandas informacionais e satisfazer as necessidades dos usuários reais e virtuais de forma eficiente e eficaz, além de conquistar novos usuários potenciais. Com base nesse estudo, analisar os processos de difusões desse acervo, apontando possíveis melhorias para otimizar a comunicação entre o arquivo e seu público-alvo.

Palavras-chave: Estudo de Usuários. Processos de difusão. Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz.

Abstract

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

ESTUDO DE USUÁRIOS E OS PROCESSOS DE DIFUSÃO NO ARQUIVO DA CASA DE OSWALDO CRUZ

AUTHOR: VANESSA LEITE MIRANDA

ADVISER: DR. CARLOS BLAYA PEREZ

Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 8 de dezembro de 2012.

This work aims to study the profile of the users of the Casa de Oswaldo Cruz's Archives in order to identify their information demands and satisfy the needs of real and virtual users efficiently and effectively, and attract new potential users. Based on this study, analyze the processes of diffusions of this archive, pointing out possible improvements to optimize communication between the archive and your target public.

Key-words: User`s Study. Processes of diffusions. Archive of the Casa de Oswaldo Cruz.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Total de Usuários cadastrados.....	25
Gráfico 2: Total de documentos consultados por ano.....	27
Gráfico 3: Usuários quanto a instituição de origem.....	28
Gráfico 4: Titulação acadêmica dos usuários.....	29
Gráfico 5: Objetivos das consultas.....	31
Gráfico 6: Atendimentos realizados em 2007.....	32
Gráfico 7: Atendimentos realizados em 2008.....	32
Gráfico 8: Atendimentos realizados em 2009.....	33
Gráfico 9: Atendimentos realizados em 2010.....	33
Gráfico 10: Atendimentos realizados em 2011.....	33

Lista de Siglas e Abreviaturas

APERS- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

COC- Casa de Oswaldo Cruz

CONARQ- Conselho Nacional de Arquivos

DAD- Departamento de Arquivo e Documentação

DEPES- Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde

DPH- Departamento de Patrimônio Histórico

ENSP- Escola Nacional de Saúde Pública

FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz

IFF- Instituto Fernandes Figueira

INERu- Instituto Nacional de Endemias Rurais

IOC- Instituto Oswaldo Cruz

MV- Museu da Vida

NOBRADE- Norma Brasileira de Descrição Arquivística

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Breve Histórico da Fundação Oswaldo Cruz: “uma instituição a serviço da vida”	14
1.1 O patrimônio cultural no Brasil e a criação da Casa de Oswaldo Cruz... 16	
1.1.1 Departamento de Arquivo e Documentação: preservando a memória institucional e a história da saúde pública no Brasil	21
2. A importância dos estudos de usuários e dos processos de difusão nos arquivos.....	23
3. Estudo de usuários do Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz	33
3.1 Cadastros de usuários.....	35
3.2 Documentos consultados.....	36
3.3 Origem dos Usuários (internos ou externos)	37
3.4 Titulação acadêmica	38
3.5 Objetivos da consulta.....	39
3.6 atendimentos realizados pela sala de consulta (físicos e remotos).....	41
4. Processos de difusão no arquivo da Casa de Oswaldo Cruz.....	46
4.1 Processos de difusão já instituídos pela COC	48
4.2 Processos de difusão do acervo que podem ser implantados pelo arquivo da COC.....	50
4.2.1 Utilização de ferramentas de comunicação <i>online</i> : trabalhando a difusão eletrônica no arquivo	51
4.2.2 Implantar processos de difusão educativa para alunos do ensino fundamental e médio.....	53
4.2.3 Parcerias com instituições de ensino superior	56
4.2.4 Treinamento de usuários do arquivo da COC	57
Conclusão	58
Referências	60
Obras citadas.....	60
Obras consultadas.....	61
Anexos	63

Introdução

Os estudos de usuários de arquivos são, normalmente, focados na identificação do grau de satisfação dos serviços prestados. Este enfoque deve ser redirecionado para identificarmos as necessidades de nossos usuários. Dentro desta perspectiva, eles seriam identificados como um dos sujeitos do processo arquivístico.

Um dos objetivos da arquivística, por meio de suas teorias, metodologias e aplicações práticas, é dar acesso à informação. Nessa perspectiva é imprescindível a instituição conhecer as necessidades informacionais de seus usuários para que possa consolidar e legitimar um dos papéis fundamentais dos arquivos – disponibilizar o acesso à informação.

Através do estudo de usuário é possível prever a demanda por determinado produto ou serviço. Também é possível otimizar os recursos disponíveis, gerando rapidez, agilidade e eficiência na recuperação e disponibilização da informação.

O estudo de usuários é uma ferramenta importante para a avaliação e planejamento dos serviços de uma instituição arquivística. Neste sentido, este projeto propõe um estudo dos usuários do arquivo da Casa de Oswaldo Cruz e, em função desse estudo, analisar os processos de difusão do seu acervo, identificando pontos fortes e fracos baseados nas especificidades de seu público-alvo. Quando conhecemos o perfil e as demandas de nosso usuário, fica mais fácil difundir um acervo.

No primeiro capítulo, apresentamos um breve histórico sobre a Fundação Oswaldo Cruz, destacando a sua importância sobre a própria história da saúde pública no Brasil. Ao discorrermos sobre a instituição, contextualizamos a criação e a trajetória da Casa de Oswaldo Cruz nesse universo. Logo após, apresentamos o Departamento de Arquivo e Documentação, seus serviços e a importância do acervo sobre sua custódia.

Prosseguimos a pesquisa, no segundo capítulo, ressaltando a importância dos Estudos de usuários e dos processos de difusão nos arquivos para que possamos compreender e satisfazer as necessidades informacionais

dos nosso público real e virtual e, conhecendo nosso público-alvo, direcionar os processos de difusão dos arquivos para conquistar novos usuários potenciais.

No terceiro capítulo, analisamos os dados levantados ao longo de nossa pesquisa e cruzamos as informações obtidas com a finalidade de construir um perfil dos usuários do Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz e, com base nesse estudo, no quarto capítulo, apontaremos os processos de difusão já realizados pelo Arquivo, além de indicarmos os pontos que podem ser revistos e melhorados para divulgar de forma eficiente e eficaz o acervo da instituição e os serviços prestados por ela, tanto para os já usuários do arquivo, como para outros que podem vir a se tornar, os chamados usuários potenciais, já citados acima.

Em seguida, destacamos as conclusões observadas e consideradas relevantes, que ratificam a necessidade deste estudo e apontam para a necessidade de continuar explorando e desenvolvendo este tema nas instituições arquivísticas.

1. Breve Histórico da Fundação Oswaldo Cruz: “uma instituição a serviço da vida”

A Fundação Oswaldo Cruz é uma importante instituição de ciência e tecnologia em Saúde, sua trajetória se confunde com a própria história da saúde pública no Brasil, sendo referência na América Latina em pesquisas nessa área. Promove a saúde e colabora com o desenvolvimento social, além de difundir conhecimento científico e tecnológico.

O início de sua história nos remete ao ano de 1900 com a criação do Instituto Soroterápico Federal, cujo objetivo era a fabricação de vacinas contra a peste bubônica. Em 1903, sob a direção de Oswaldo Cruz, se transformou numa instituição dedicada à pesquisa científica. Foi renomeada, em 1908, para Instituto Oswaldo Cruz (IOC).

Na tentativa de realizar a profilaxia e estudar doenças pouco conhecidas, os cientistas do IOC, entre as décadas de 1910 e 1920, realizaram expedições científicas ao interior do Brasil, além de importantes missões sanitárias. Iniciativas que contribuíram significativamente para o desenvolvimento nacional.

Em 1920, a instituição foi fundamental para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, responsável, entre outros, pelos serviços de saneamento urbano e rural. Os serviços sanitários do país foram reorganizados e passaram, portanto, a ser atribuição da União, que passou a ser responsável pela sua promoção e regulação no Brasil.

O Instituto foi transferido para o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública logo após a Revolução de 1930. Neste período, foi beneficiado com um aumento de recursos federais, mas em contrapartida, perdeu autonomia ficando mais vulnerável às interferências de políticas externas.

Nas décadas de 1950 e 1960, alguns cientistas começaram a defender a criação do Ministério da Ciência com a intenção de transferir o setor de pesquisa para o novo órgão. Essa proposta veio de encontro ao planejamento do Ministério da Educação e Saúde Pública que priorizava a produção de vacinas.

Neste conturbado contexto político interno, o Instituto Oswaldo Cruz atravessou o golpe militar de 1964. Após a destituição arbitrária da direção e a constituição de uma nova diretoria, muitos cientistas tiveram seus financiamentos para pesquisas cortados, além de serem acusados de conspiração. Essas divergências culminaram em 1970 num episódio triste na história da Instituição conhecido como Massacre de Manguinhos, onde pesquisadores do Instituto tiveram seus direitos políticos cassados.

Neste mesmo ano, foi instituída a Fundação Instituto Oswaldo Cruz-FIOCRUZ que incorporava o próprio Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), depois de ser extinguido, os núcleos regionais Centro de Pesquisa René Rachou, em Belo Horizonte, Gonçalo Muniz, em Salvador e Aggeu Magalhães, no Recife, viraram unidades especiais, e o Serviço de Produtos Profiláticos, hoje desdobrado em Farmanguinhos e Bio-Manguinhos, além da Fundação de Recursos Humanos para a Saúde, atual Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e o Instituto Fernandes Figueira (IFF), entre outras. Em 1974, passou a se chamar Fundação Oswaldo Cruz, conservando a mesma sigla. As outras unidades que compõem a atual estrutura da FIOCRUZ foram incorporadas ao longo dos anos.

Em 1985, o sanitarista Sérgio Arouca se torna presidente da instituição e em consonância com o contexto político de término da ditadura e o início da redemocratização no Brasil que sua gestão inaugura uma nova fase na FIOCRUZ, marcada pela democracia e a retomada da excelência em seus campos de atuação. Foi nesse mesmo ano que a unidade Casa de Oswaldo Cruz- COC foi criada para preservar a memória da instituição, além de promover atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da História da Saúde Pública e das Ciências Biomédicas no Brasil.

A FIOCRUZ atualmente está vinculada ao Ministério da Saúde, e suas atividades estão relacionadas à pesquisa; prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes, além de trabalhar no controle de qualidade de produtos e serviços. O ensino e a formação de recursos humanos é outra responsabilidade. Desenvolve e estrutura a informação e comunicação em saúde, ciência e

tecnologia. A implantação de programas sociais é mais um compromisso da instituição com o desenvolvimento nacional.

1.1 O patrimônio cultural no Brasil e a criação da Casa de Oswaldo Cruz

A proteção do patrimônio histórico no Brasil ocorreu tardiamente quando relacionadas às experiências internacionais. Dom João V decretou, ainda no Brasil colônia, o alvará de 28 de agosto de 1721.

No Brasil, a primeira iniciativa ocorreu em 1742 visando à preservação do Palácio de Friburgo, patrimônio histórico pertencente à Capitania de Pernambuco.

Somente em 1830, no artigo 178 do Código Criminal do Império, que tivemos a primeira determinação legal sobre patrimônio nacional. O artigo considerava crime o ato de “destruir, abater, mutilar ou danificar monumentos, edifícios, bens públicos ou quaisquer outros objetos destinados à utilidade, decoração ou recreio público”. O Código Penal Republicano ratifica esse artigo, em 1890, no seu artigo 328.

A partir da República, começam a aparecer leis e decretos, em níveis estaduais e municipais com o intuito de preservar o patrimônio monumental do Brasil, estimulados pela Revolução Industrial e pela necessidade de implantar reformas sanitárias nas cidades.

O respaldo constitucional para a preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil só começa a aparecer, mesmo que de forma tímida, em 1934.

O Escritor Mário de Andrade elaborou, em 1935, convidado pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema, o anteprojeto de lei federal para organizar a proteção e preservação desse patrimônio. Em 1936, foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional provisoriamente. Esse órgão se tornou definitivo em 1937 e sua missão era tomar, preservar e divulgar o patrimônio nacional.

O anteprojeto de Mario de Andrade foi bastante diminuído ao virar projeto de lei. Considerado avançado para a época, encontramos nele a preocupação ao que chamamos hoje de patrimônio imaterial.

Na Constituição de 1937, podemos destacar o artigo 134, que especifica como protegidos pela União os monumentos históricos, artísticos e naturais. Um marco na legislação sobre o tema foi o Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, ainda vigente no Brasil: o tombamento passa a limitar, em função de interesses sociais, os direitos patrimoniais sem a necessidade de indenização.

Em 1946, podemos observar, na letra de uma carta constitucional, a proteção de documentos históricos em nosso país. Toda nossa diversidade cultural, inserida na preocupação de preservação do patrimônio cultural, somente viria a ser reconhecida na Constituição de 1988, que reconhece o patrimônio cultural e o compreende como os bens de natureza material e imaterial, e especifica dentro desse universo os documentos, conforme o artigo 216 e seu inciso IV, transcritos abaixo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabe a administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (BRASIL, 1988 – Art. 216).

A década de 1980 foi significativa para a arquivística brasileira. A importância de elaborar uma lei específica que normatizasse questões específicas de nossa área ficou evidente. O trabalho em parceria com a administração pública para melhorar a situação da informação arquivística e a necessidade de implantação de política de gestão de documentos nas instituições públicas brasileiras foram amplamente discutidos, o que gerou não

somente o artigo constitucional citado acima, como também a Lei Nº 8.159 de 1991. Outro fator de destaque nesse período foi o Projeto de Modernização Institucional desenvolvido no Arquivo Nacional pela socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto.

O Grande marco legislativo para a arquivologia no Brasil foi a Lei Nº 8.159, citada acima. Esta lei ficou conhecida como Lei de Arquivos por tratar sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Além disso, prevê a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que tem por finalidade, além de definir a própria política nacional de arquivos, exercer a orientação normativa visando à proteção especial dos documentos de arquivo.¹

A redemocratização brasileira estimulou o crescimento e o desenvolvimento da arquivologia no Brasil por atrelar o direito à informação e a participação política à formação e o desenvolvimento da cidadania.

Foi nesse contexto político que em 1985 foi criada a Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica da FIOCRUZ, visando recuperar a memória da instituição e desenvolver a pesquisa histórica ligada à área da saúde pública no Brasil, organizar e preservar acervos documentais, além de restaurar e preservar o núcleo arquitetônico de Manguinhos tombados pelo Iphan.

A Casa de Oswaldo Cruz ampliou suas atividades na década de 1990. Começou a publicar a revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, cujo objetivo central é divulgar as pesquisas desenvolvidas sobre história das ciências e da saúde, único periódico sobre o tema no país. Criou o Museu da Vida contribuindo para a divulgação científica. Além dessas iniciativas, a COC iniciou a organização da Gestão da informação responsável pela Biblioteca Virtual História e Patrimônio Cultural da Saúde, criação do Portal e de base de dados, para estruturar a informação e comunicação na área.

O desenvolvimento do Portal COC como ambiente de integração e gestão dos acervos de informação e conhecimento, comunicação e disseminação é essencial para o desenvolvimento de uma política de informação e nos remete à importância de se pensar na acessibilidade dos

¹ Retirado do *site* do CONARQ: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 05 de janeiro de 2012

usuários, foco da presente pesquisa, sem os quais não faria sentido preservar o Patrimônio Cultural.

A difusão do conhecimento e a estimulação de pesquisas, publicação de periódicos na área da história da saúde no Brasil colaboram para a reconstrução da memória nessa área, fundamental para entendermos e melhorarmos o desenvolvimento da saúde em nosso país.

A COC inaugurou o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil no campo de história das ciências em 2001. Recentemente, lançou o curso de especialização em Divulgação das Ciências e da Tecnologia em Saúde, e o de Preservação do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, com linhas de pesquisas voltadas para patrimônio documental e arquitetônico. Em relação à educação profissional, forma monitores para museus, centros de ciências e Oficina Escola de Manguinhos.

A preocupação com atividades ligadas ao ensino, formação e capacitação de pessoas reflete a consciência da importância que a FIOCRUZ, e mais especificamente a COC tem na formação intelectual na sua área de atuação no país.

Na tentativa de ser inovadora na produção de novos conhecimentos, em ações educativas e na formação de recursos humanos de excelência em história, preservação do patrimônio cultural e divulgação científica, a Casa de Oswaldo Cruz tem como missão: “Produzir e disseminar o conhecimento histórico da saúde e das ciências biomédicas; preservar e valorizar o patrimônio cultural da saúde; educar em seus campos de atuação e divulgar ciência e tecnologia em saúde, de forma a contribuir para o desenvolvimento científico, cultural e social.”²

O posicionamento da COC como proponente de políticas públicas e diretrizes institucionais no âmbito da saúde, ciência e tecnologia e da cultura reflete sua importância no desenvolvimento de áreas de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade brasileira. O estabelecimento de cooperação técnica com outras instituições e na própria FIOCRUZ aponta para o reconhecimento da importância da unificação de esforços para o crescimento dessas áreas do conhecimento.

² Informação retirada do *site* da Casa de Oswaldo Cruz: <http://www.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 7 de janeiro de 2012.

A COC é constituída, atualmente, pelos núcleos operacionais: Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde (DEPES); Departamento de Arquivo e Documentação (DAD); Departamento de Patrimônio Histórico (DPH); Departamento Museu da Vida (MV). Juntos, esses núcleos desempenham os objetivos da COC listados acima.

A constituição da Casa de Oswaldo Cruz foi um marco na história da ciência e na história da Fiocruz, já que esta reúne um dos principais acervos de conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde, coleções científicas, arquivísticas e bibliográficas, a saber: fotografias, filmes, documentos, peças museológicas e depoimentos orais que remontam ao fim do século 19, e também patrimônio arquitetônico em que se destaca o Pavilhão Mourisco, todos com valor histórico, artístico e cultural reconhecidos.

Baseado em sua missão institucional, focada na preservação da memória da instituição e nas atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil, é que a COC tem criado ações focadas na valorização do patrimônio documental refletindo na tentativa de criar uma infraestrutura adequada para a preservação e o acesso dos seus acervos.

A Casa de Oswaldo Cruz é coordenadora da *Rede BVS História y Patrimônio Cultural de la Saude*, canal de intercâmbio de informações, conhecimentos e comunicação sobre o tema em ambiente virtual. Colabora significativamente, portanto, para criar e otimizar um importante instrumento que é a Rede HPCS (História do Patrimônio Cultural da Saúde), cujo objetivo é: “o resgate da memória e da conscientização da sociedade sobre a importância do patrimônio histórico-arquitetônico e documental, através do direito à informação como atributo fundamental ao exercício da cidadania, dando suporte aos processos de construção da identidade nacional.”³

É por toda sua trajetória e realizações que, atualmente, a Casa de Oswaldo Cruz é considerada referência da América Latina e a principal instituição do país quando o tema é preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro de ciências e tecnologia em saúde.

³ Retirado do *site* da Biblioteca Virtual *en Salud*: <http://cv-hpcs.bvs.br/tiki-index.php>. Acesso em: 7 de janeiro de 2012.

1.1.1 Departamento de Arquivo e Documentação: preservando a memória institucional e a história da saúde pública no Brasil

A preocupação com a preservação e organização de fontes de pesquisa histórica ligadas à História da Saúde e à preservação da memória Institucional da Fundação Oswaldo Cruz fez com que seu acervo arquivístico fosse formado em 1986, um ano após a constituição da Casa de Oswaldo Cruz.

Já em 1989 foi criado o Departamento de Arquivo e Documentação responsável pela guarda do acervo institucional permanente formado pelos projetos “Guia de Fontes para a História da Saúde Pública” e “Tratamento e Ampliação do Acervo Iconográfico do Museu Instituto Oswaldo Cruz”. Entendendo que os documentos refletem a história administrativa das instituições, com intuito de reconstituir a própria história da FIOCRUZ foram realizados diagnósticos referentes à situação das massas documentais acumuladas em alguma de suas unidades e foram feitos os primeiros recolhimentos de arquivos institucionais, começando assim, a construção e a preservação do patrimônio documental da Fiocruz, acervo de extrema relevância não só para a história da instituição, mas para a própria história da Saúde no Brasil.

O Departamento de Arquivo e Documentação é responsável pelas atividades de identificação, preservação, organização, acesso e difusão dos arquivos sob sua custódia. Todas as suas atividades são desenvolvidas de acordo com os princípios básicos da arquivologia contemporânea. A Casa de Oswaldo Cruz se baseia na Norma Brasileira de Descrição Arquivística-Nobrade que estabelece diretrizes compatíveis com as normas internacionais, o que na visão de Paulo Elian, exposta no Guia de Acervos da Casa, contribuiu para alcançar “razoável grau de assimilação entre profissionais e instituições”.

Os fundos pessoais formam outra parte importante do acervo da Casa de Oswaldo Cruz. O projeto “Constituição de Acervo de Depoimentos Orais sobre a História da Fundação Oswaldo Cruz e das Práticas de Saúde Pública” colaborou de forma significativa para o contato com cientistas e seus familiares,

possibilitando a identificação e aquisição de fundos pessoais de personalidades que tiveram grande relevância nos campos da Ciência e da Saúde no Brasil. Podemos destacar aqui dois fundos que constituem o Programa Memória do Mundo da UNESCO, o Fundo do Oswaldo Cruz e do Carlos Chagas.

O acervo é composto por 102 fundos e coleções. Os gêneros documentais são: textual, iconográfico, cartográfico, sonoro e filmográfico. Os documentos abrangem o período entre 1803 e 2008. Como já dito anteriormente, é composto pelos fundos produzidos e acumulados pelos institutos que passaram a integrar em 1970 a Fundação Oswaldo Cruz, como também os institutos que foram constituídos após essa data. Além de fundos de cientistas, sanitaristas, médicos e técnicos que foram representativos no processo de formulação e execução de políticas públicas de saúde. Para completar, o acervo possui a custódia de parcelas de arquivos de outras instituições ligadas à área.

2. A importância dos estudos de usuários e dos processos de difusão nos arquivos

Os avanços tecnológicos potencializaram a disseminação da informação. A emergência de práticas inéditas de produção, transferência e uso da informação, de acordo com Jardim e Fonseca (2004), abrem possibilidades ilimitadas para seu uso e oferta.

As novas tecnologias de informação e comunicação transformaram efetivamente a vida de todos. A noção de tempo e espaço foi reestruturada. A consequência desse processo foi uma completa transformação das percepções do nosso cotidiano. Para Custódio (2003), a obtenção e o poderio da informação “coisificou-se” em mercadoria, tornando-se um dos elementos determinantes das relações de poder não somente na área científica, mas também nas áreas culturais e político-econômicas. A autora aponta a importância dessa influência para os binômios: inclusão/exclusão, tradição/acultramento, subordinação/soberania e dependência/ domínio econômico.

Oliveira (2006a) concorda que as inovações tecnológicas de informação e comunicação “provocam nos serviços arquivísticos uma ampliação de suas perspectivas, para além de seus depósitos e salas de consulta”. Esta autora cita Rossueau e Couture para exemplificar as mudanças causadas por esse novo contexto:

[...] As novas tecnologias da informação desenvolveram-se para responder às novas necessidades de troca, de acesso e de difusão. As telecomunicações simplificam-se e popularizam-se. A velocidade de transmissão aumenta. Novos suportes vão surgindo. Os arquivos mudam de forma. A arquivística situa-se no cruzamento de novos contextos culturais, dos novos modos de gestão tal como das novas tecnologias. Ela está na confluência de várias disciplinas: informática, ciência da informação, história, linguística, arqueologia, etnologia, etc. (ROUSSEAU E COUTURE apud OLIVEIRA, 2006a, p.10).

Ao ponderar o impacto que o avanço tecnológico e o acesso à informação podem fazer na sociedade e a responsabilidade social que o profissional da informação deve assumir nesse novo contexto, Carvalho cita Tarapanoff, para ressaltar a importância de um agente-interlocutor nesse

cenário tecnológico-informacional, no intuito de possibilitar o acesso e democratizar o conhecimento (CARVALHO apud CUSTÓDIO, 2003).

Mudanças significativas ocorreram neste cenário. Jardim destaca que:

O conceito de "lugar" torna-se secundário para o profissional da informação e para os usuários;

Onde a informação se encontra não é o mais importante e sim o **acesso à informação**;

A ênfase na gestão da informação desloca-se do acervo para o **acesso**, do estoque para o **fluxo da informação**, dos sistemas para as **redes**;

Instituições como arquivos, bibliotecas e centros de documentação adquirem novas vocações, renovam funções que lhe são históricas e superam outras;

Sob a banalização das tecnologias da informação, os usuários (aos menos os não excluídos do acesso às tecnologias da informação), produzem novas demandas aos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e provocam a realocação ou supressão de fronteiras que demarcam tais espaços;

Emergem espaços informacionais virtuais (bibliotecas, arquivos. etc.) cuja existência, longe de excluir as instituições documentais tradicionais, sugere-lhes novas possibilidades de gestão da informação. (JARDIM apud JARDIM E FONSECA 2004, p.1).

Esses autores reforçam que “partimos do modelo ‘arquivos direcionados para os arquivistas’ para ‘arquivos direcionados para os usuários’”. Isso significa que o modelo deixaria de ser baseado no uso da informação para efetivamente valorizar o usuário da informação.

Le Coadic ressalta quatro campos de pesquisa na área de estudos de usuários, que são:

O estudo dos usos da informação e dos sistemas de informação;

O estudo dos usuários da informação e dos sistemas de informação;

O estudo das necessidades de informação;

O estudo das interações informacionais. (LE COADIC, 1997, apud JARDIM E FONSECA, 2004, p.2).

O foco na preocupação em satisfazer as necessidades de informação dos usuários de arquivos é uma realidade crescente na área. Os arquivos estão recebendo um público cada vez mais diversificado e com diferentes motivações para pesquisar. As características dos usuários se relacionam muitas vezes a linha de acervo da instituição.

A importância dos usuários para os arquivos é indiscutível e, portanto, devemos buscar identificar suas necessidades para que possamos atendê-las. Sendo assim, os estudos de usuários realizados por estas instituições constituem-se numa ferramenta facilitadora deste processo. O sucesso de um órgão de informação depende, em grande parte, do conhecimento que ele possui das necessidades de informação dos indivíduos que se utilizam dos serviços oferecidos por este.

Um estudo de usuário constitui-se num instrumento importante para a avaliação e o planejamento desses serviços. De acordo com Jardim e Fonseca (2004) “Trata-se da [...] busca por uma relação efetivamente dialógica entre arquivistas e usuários”. Isso só será possível se ocorrer “a inserção do usuário não só como um receptor dos conteúdos elaborados pelo arquivista, mas como um agente essencial, com a possibilidade de interferir inclusive na política de descrição e difusão adotadas nas unidades organizacionais arquivísticas.” (OLIVEIRA, 2006b)

Santos (2007) nos lembra que de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, acesso significa “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e promover a sua utilização”. Este autor ressalta que “esta função não se restringe ao acesso às informações e documentos armazenados, mas a difusão das práticas para que isso ocorra adequadamente”. Além disso, fica implícito na definição que dar acesso significa também considerar os processos de difusão do acervo responsáveis por promover a utilização e novas demandas de usuários reais, potenciais e virtuais.

Muitas instituições no Brasil não pautam suas políticas institucionais no sentido de atender com maior eficiência e qualidade os usuários. A grande maioria ainda atua como um grande detentor de acervos, como um lugar de memória, pensando somente no tratamento e preservação da documentação, e não como instituição disseminadora de informações. Essa tradição brasileira pode ser explicada em parte pela escassa quantidade de trabalhos científicos sobre estudos de usuários e difusão dos acervos. A consequência desta realidade é a sua baixa taxa de aplicação nos arquivos.

Um grande desafio para o arquivista, dentro desse contexto, é identificar o seu papel social frente à sociedade, oferecendo produtos e serviços de qualidade e reconhecendo que a informação só cumpre o seu papel na medida em que tenha quem possa consultá-la.

Outro fator importante que Jardim e Fonseca (2004) destacam, citando Dearstyne, é a forma passiva que ocorre o processo de comunicação entre o arquivo e o usuário: "os serviços de referência arquivísticos são concebidos de maneira estreita, como 'um serviço passivo e reativo, só ativado quando chega uma carta, quando o telefone toca ou quando um pesquisador entra pela porta".

Tendo por referência a análise de Davenport sobre o que há de errado com as bibliotecas e bibliotecários, Santos (2007) propõe a troca desses termos por arquivos e arquivistas e inclui algumas observações, dentre elas, destacamos três:

Arquivistas são depositários passivos de conhecimento: informações recebidas só saem sob demanda, não há iniciativas de difusão;
Arquivistas priorizam a preservação das informações, a ponto dessa priorização resultar em restrição de acesso;
Arquivos não criam nem melhoram informações: com exceção dos instrumentos arquivísticos (plano de classificação, tabela de temporalidade, manuais de gestão etc.), as informações de responsabilidade do arquivo raramente são sintetizadas ou reestruturadas; esta tarefa é reservada aos usuários. (DAVENPORT apud SANTOS, 2007, p.184/185).

Para melhorar esse quadro, devemos tirar o foco do produto que em nosso caso é a própria informação, e passá-lo para nosso usuário, seja ele real ou potencial. Os resultados e conclusões obtidas em estudos de usuários, podem ter uma ampla aplicação em muitas das tarefas relacionadas ao mundo da informação e documentação. Sanz Casado (1994) destaca algumas delas:

Conhecer os hábitos e necessidades de informação dos usuários e detectar possíveis mudanças nesse comportamento. É claro que, para tanto, essa pesquisa não deve ser feita de forma pontual, mas fazer parte da política institucional;
Avaliar os recursos do centros de informação;
Medir a eficácia dos centros de informação;
Ajustar o espaço projetado para as consultas no arquivo;
Avaliar o sistema nacional de informação- rede coordenada de centros de informação em um país. A partir de estudos de cada uma

das instituições encontrariamos os pontos fracos do sistema a ser corrigido, como por exemplo, baixo nível de produtividade e atrasos excessivos no processamento das informações;
Conhecer a estrutura e dinâmica de grupos de pesquisa. A Pesquisa é um dos mais importantes pilares sobre os quais assenta o desenvolvimento econômico e produtivo de um país;
Facilitar a implementação de cursos de treinamento ao usuário. No intuito de tornar a linguagem e os procedimentos arquivísticos básicos conhecidos do usuário para que possam se familiarizar com as pesquisas no arquivo. (SANZ CASADO, 1994, p.31-38)

Jardim (2003) nos esclarece a importância de realizarmos, de forma rotineira, pesquisas para conhecermos o público dos arquivos:

As necessidades dos diversos tipos de usuários dos arquivos, públicos e privados, devem ser objeto constante de pesquisas (...). As instituições e serviços arquivísticos devem manter atualizadas as informações não apenas sobre os seus usuários, bem como a parcela da sociedade que, por diversas razões, não usufrui os serviços arquivísticos, ou seja, seu público potencial. (JARDIM, 2003)

A satisfação das expectativas sociais em relação à informação por parte dos profissionais da informação é que poderá legitimar um processo de retroalimentação. Ou seja, por meio da aproximação com o usuário, com o consultante, com o pesquisador, com o cidadão, com a sociedade, os profissionais da informação poderão efetivamente atender às necessidades sociais em relação à informação. (SILVA, 2004)

O arquivista, como profissional da informação deve disponibilizá-la para quem dela precisar, e para realização desse trabalho é necessário identificar os mais variados perfis de usuário do arquivo. De acordo como Portella e Blaya Perez (2011) compreender e prever o seu comportamento, hábitos e necessidades são vitais para que a infraestrutura adequada ao seu pleno acesso à informação seja concretizada, satisfazendo as suas necessidades de informação.

No que tange os diferentes tipos de usuários, Portella e Perez (*ibid*) citam dois tipos de abordagens para identificá-los. A primeira baseia-se em pesquisas quantitativas, direcionada ao sistema de informação. Método esse já

criticado por Le Coadic (apud JARDIM e FONSECA, 2004) como sendo os estudos de usos dos sistemas de informação através dos usuários. Esse tipo de estudo busca:

Determinar os documentos que são mais utilizados; descobrir como os usuários obtêm as informações nas fontes disponíveis, assim como as formas de busca; analisar a aceitação das inovações tecnológicas; evidenciar o uso feito dos documentos; pesquisar as maneiras utilizadas para se obter o acesso aos documentos e determinar as demandas toleráveis (SÁ, apud PORTELLA e PEREZ 2011, p.3).

A segunda abordagem busca definir a necessidade informacional do usuário. Ainda de acordo com Portella e Perez (*ibid*), nessa abordagem o usuário é analisado enquanto indivíduo, a partir de seus aspectos psicológicos e sociológicos; através de pesquisa qualitativa, melhor direcionando os estudos de usuário. Ainda dentro desta perspectiva, podemos delimitar o perfil dos usuários internos e externos da instituição, para que possamos atender suas expectativas e demandas por informação de forma eficiente e eficaz.

De acordo com Sanz Casado (1994), podemos identificar dois grandes grupos de usuários: os potenciais e os reais. O primeiro compreende os indivíduos que necessitam de informação para desenvolver suas atividades, mas não são conscientes disso, assim não expressam suas necessidades de informação. O segundo abarca os usuários que além de serem conscientes de suas necessidades de informação, aproveitam-se delas, frequentemente, para desenvolver suas funções. Podemos acrescentar aos dois grupos sugeridos por Sanz Casado, os usuários virtuais, ou seja, aqueles que utilizam os serviços, as informações contidas nos acervos, mas não se dirigem pessoalmente à instituição, incluindo qualquer consulta a distância, como por exemplo, pela internet, fax, telefone, *e-mail*, etc.

Bellotto (2006) cita quatro tipos fundamentais de usuários: administrador, cidadão, cidadão comum e pesquisador. O administrador é quem produziu a documentação e que dela faz uso em seu processo decisório. O cidadão é o que busca informações juridicamente válidas ou apresenta curiosidade pelo trabalho da investigação histórica; sendo o cidadão comum aquele cidadão não graduado em busca de lazer ou cultura geral. Já o usuário pesquisador pode

ser configurado como o acadêmico, o professor universitário, pesquisador profissional ou eventual.

Turraubella I Mirabet (apud BLAYA PEREZ, 2002) define somente dois grupos de usuários, de acordo com as diferentes funções dos arquivos. São eles: os usuários internos e externos. Os usuários internos são aqueles provenientes da organização ou instituição produtora da documentação e os usuários externos são os que recorrem ao arquivo para realizarem pesquisas de cunho pessoal ou administrativo.

No entanto, independentemente da classificação ou das denominações que possa ser atribuída aos usuários, é importante identificarmos seus hábitos e comportamento para melhor definirmos suas necessidades informacionais. Partindo dessa assimilação é que teremos como elaborar e implementar políticas para melhor atendê-los.

Neste contexto, cabe a nós arquivistas reconhecermos as particularidades do nosso público-alvo para disponibilizar as informações de maneira rápida e eficiente. Harmonizando, assim a relação usuário e arquivista.

Outra realidade crescente nas áreas de arquivos, museus e bibliotecas é formação de equipes de funcionários aptas a dar um treinamento básico aos seus usuários para que, compreendendo a lógica da organização arquivística, possibilitando uma pesquisa mais eficiente. A biblioteconomia, dessas áreas, é a mais avançada no tema, com maior número de trabalhos publicados. O intuito desses cursos é formar usuários com a maior autonomia possível. Conhecendo o perfil de nosso público-alvo poderemos elaborar treinamentos visando o atendimento e a educação dos nossos usuários, tais como as visitas guiadas, assistências técnicas, oficinas de treinamentos, que terão como objetivo maior a difusão cultural dos arquivos.

O incentivo às pesquisas resulta no desenvolvimento cultural de um país. Para Souza (1997) os acervos depositados nas instituições são, simbolicamente, uma representação da sociedade, já que os documentos refletem os processos de desenvolvimento no plano econômico, social e cultural.

Alberch i Fugueras (2000) defende que o arquivista, entre outros profissionais da informação, deve desempenhar um papel de mediador entre usuário e arquivo, com a finalidade de proporcionar para o pesquisador uma certa autonomia na busca pelas informações. Para este autor:

El objetivo de esta mediación -impulsada inicialmente en Francia en el sector del patrimonio cultural y artístico- es que los productos y los servicios se na facilmente inteligibles por los distintos sectores del público. Esta mediación, necesaria em cualquier actividad minimamente compleja, deviene absolutamente imprescindible en los archivos hasta el punto de requerir la formulación de un modelo específico, tanto por la propia peculiaridad de los documentos como de su compleja organización. (ALBERCH I FUGUERAS, 2000, p.8)

Blaya Perez (2002) aponta que os arquivos começam a realizar estudos para verificar quais são os seus usuários potenciais, tendo como objetivo dedicar-lhes os seus esforços com atividades culturais e sociais. Começa, portanto, uma preocupação com o marketing nessas instituições.

O *marketing* objetiva identificar e suprir as necessidades do seu público alvo, que no caso dos arquivos são os usuários reais, potenciais e virtuais. Após identificarmos essas expectativas, devemos, nós arquivistas, desenvolver atividades de difusão direcionadas aos segmentos que iremos priorizar, no intuito de otimizar os recursos destinados a este fim e até mesmo pleiteá-los, mostrando a importância deste trabalho. Sendo assim, os projetos devem ser direcionados, preferencialmente, para esses usuários.

Não basta tratar a documentação, devemos também disponibilizá-las. Quanto maior o número de usuários acessando as informações, maior será o êxito obtido. As novas tecnologias estão sendo utilizadas para auxiliar na organização, agilização, reprodução e difusão dos arquivos. Elas passam a ser usadas também para atender novas demandas decorrentes do acesso; por isso é que devemos nos beneficiar das novas tecnologias e, em especial, da Internet. Para tanto, devemos criar bancos de dados que sejam compatíveis, integrar redes, criar equipes multidisciplinares e, com isso, estaremos criando condições para que a recuperação das informações seja rápida, precisa e a custos reduzidos. De acordo com Bellotto:

Cabem ao serviço de difusão cultural duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo. (BELLOTTO, 2007, p.228)

O Processo de difusão vem a ser a divulgação, o ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo de uma instituição assim como os serviços que essa coloca à disposição dos seus usuários. Disponibilizar as informações para o maior número de pessoas é o objetivo principal em um processo de difusão.

Bellotto (2007) afirma que nos arquivos, as atividades de difusão cultural, educacional e editorial, embora realizadas de maneira secundária, são essenciais na manutenção de tais unidades de informação. Para a autora, “mesmo não sendo função primordial do arquivo, essa nova abertura para a educação pode se constituir numa forma de aproximação que lhe garantirá um novo espaço social” (*ibid*), fortalecendo a relação usuário e arquivo.

A difusão cultural é feita em eventos como conferências, exposições, lançamentos de livros, oficinas, ciclos de projeção de filmes, visitas guiadas, etc. Já a difusão editorial, ocorre por meio das publicações. Para Bellotto:

As publicações merecem uma consideração à parte. Elas são canais comunicantes com o exterior, pois levam à comunidade, à administração e ao meio acadêmico informações sobre o conteúdo do acervo documental, das atividades e dos programas dos arquivos. Com as publicações, o arquivo pode, por outro lado, atrair novos usuários e fazê-los compreender o que é e o que representa. Isso porque, além dos instrumentos de pesquisa (...) um arquivo pode produzir outro gênero de publicações que o tornem também centro de vivência e de inter-relações culturais, tanto quanto um laboratório de pesquisa histórica. São os manuais, as edições de textos, as monografias, os catálogos seletivos, as edições comemorativas. (BELLOTTO, 2007, p. 229/230)

Bellotto (*ibid*) ainda ressalta que os serviços de assistência educativa relacionados aos arquivos ainda são tímidos no Brasil e que poderia atrair um público novo e importante. Acredita nos benefícios didáticos que o papel dos arquivos teria nos métodos de ensino atuais e acrescenta que apesar da pedagogia em nosso país tenha se mostrado renovadora e progressista, não contempla essa temática.

Ao contextualizar o arquivista na “sociedade do conhecimento”, Bellotto (2006) descreve que seu papel está sendo ampliado e que esse profissional está mais pró-ativo, ou seja, tem capacidades de antecipar mudanças e caminhar com elas. O arquivista deve atuar como um agente de transformação social, devendo colaborar com a mudança da cultura institucional para que estudos de usuários e processos de difusão dos acervos sejam feitos, aumentando a abrangência dos arquivos, a fim de garantir o direito da sociedade à informação, exercendo seu papel profissional e de cidadão, ou seja, participando conscientemente e criticamente para a mudança da realidade em que está inserido.

3. Estudo de usuários do Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz

O acervo da Casa de Oswaldo Cruz reflete os caminhos percorridos pela saúde pública no Brasil desde o início do século XX. Os principais usuários do arquivo são os pesquisadores, historiadores, estudantes de graduação e pós-graduação relacionadas à área. Outra parcela importante são os pesquisadores internos da COC e das outras unidades da FIOCRUZ, além dos profissionais ligados aos canais de comunicação e divulgação científica.

Essa pesquisa assume um caráter exploratório e descritivo. A sua investigação teve por finalidade a construção de um perfil dos usuários do Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz. Além disso, identificamos os processos de difusão deste acervo, tema do nosso próximo capítulo, para que ao relacionarmos ao seu público-alvo possamos identificar pontos fortes, fracos e possíveis melhoras nessa comunicação.

A pesquisa do perfil dos usuários foi baseada em três formulários, todos eles já preenchidos pelos pesquisadores do Arquivo da COC. Contamos aqui com o auxílio de funcionários que trabalham na sala de consulta e de publicações feitas utilizando esse acervo como referência.

Os formulários citados acima são:

1- Formulário de cadastro de usuário: O preenchimento é pré-requisito para a consulta no arquivo da Casa de Oswaldo Cruz, contendo informações como: nome, endereço, grau de formação e curso, a forma como tomou conhecimento do Departamento de Arquivo e Documentação da COC, e se o usuário já pesquisou anteriormente em algum arquivo e qual. Além desses dados, há outros ligados à atividade profissional, como: instituição, departamento e função exercida.

2- O formulário sobre a própria pesquisa que será desenvolvida pelo usuário: Composto por título da pesquisa, resumo e quais fundos e documentos foram utilizados.

3- Formulário de Termos de Responsabilidade pelo Uso de Reproduções de Documentos: Neste Termo, constam os locais onde serão utilizadas as reproduções adquiridas no arquivo, entre outras informações. (Formulários em anexo).

Todas essas informações recolhidas nos respectivos formulários se encontram na base da sala de consulta, o que nos possibilita extrair informações relevantes sobre os usos e usuários desse arquivo, gerando importantes estatísticas e gráficos que ilustram aspectos fundamentais para que possamos traçar seu perfil. Vale ressaltar, que atualmente, esses dados contemplam não só os pesquisadores que vêm fazer a consulta pessoalmente no arquivo da COC, como também os chamados usuários virtuais que fazem a consulta à distância. É relevante esclarecer que nesta base constam informações dos usuários que consultam o acervo por e-mail, fax ou telefone, mas infelizmente, ainda não são computados os usuários que fazem a consulta diretamente pelo site da instituição.

O arquivista Jean Maciel, responsável pela sala de consulta, nos esclarece que essa carência já está sendo discutida entre os profissionais da COC, e ressalta que o acervo está em fase de digitalização e que recentemente passou a ser disponibilizado online na base arch do site da Casa de Oswaldo Cruz sendo, portanto, uma realidade nova para o arquivo da instituição. Lembramos que em muitos casos a consulta pela internet é feita conjuntamente com a consulta por telefone ou por email e, que nesse caso, entra para nossa estatística. Frente a grande quantidade de informações disponíveis e o prazo relativamente pequeno para desenvolvermos o presente trabalho, o recorte do estudo foi feito entre 2007 e 2011. Analisamos, portanto, o perfil dos usuários nos últimos cinco anos, considerando: a quantidade de cadastros realizados neste período, os objetivos das consultas, a titulação acadêmica dos consulentes, a sua origem (interna ou externa a FIOCRUZ), os fundos mais consultados e a quantidade de documentos consultados, dentre

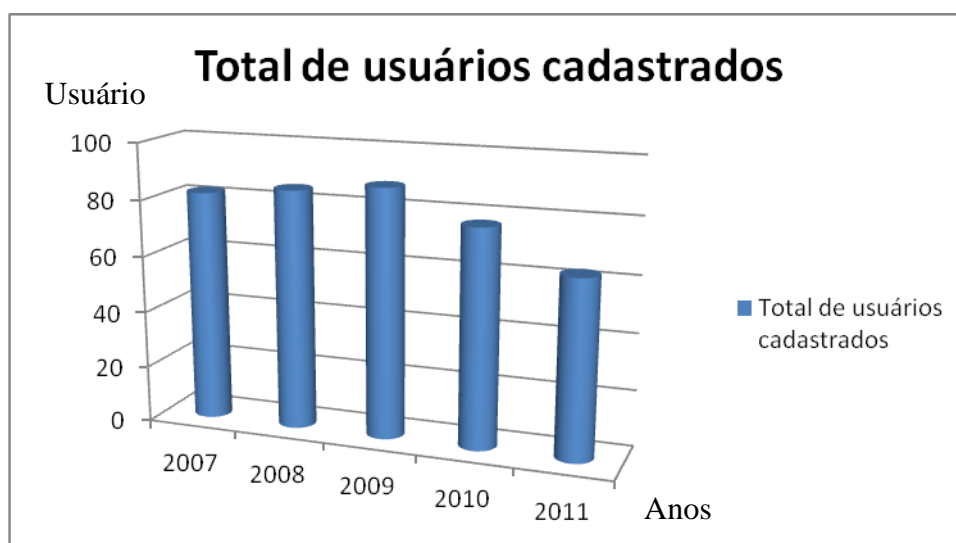
outros. Optamos pela representação dos resultados obtidos em gráficos por acreditarmos que essa é a melhor maneira do leitor entender e visualizar os resultados analisados. Cabe ressaltar que apesar das publicações sobre metodologia da pesquisa indicarem que é prudente utilizarmos o mesmo tipo de gráfico ao longo do desenvolvimento do texto, acreditamos que pelas informações levantadas serem muito distintas, seria apropriado apresentá-las em diferentes estilos de gráficos, sempre procurando demonstrar os resultados obtidos da forma mais clara e precisa. Assim optamos por diferentes formas gráficas, como poderão observar ao longo deste capítulo.

3.1 Cadastros de usuários

O arquivo da Casa de Oswaldo Cruz, criado em 1989, conta, atualmente, com 1727 usuários cadastrados.

No período de recorte desta pesquisa, foram cadastrados 395 novos usuários, ao longo desses cinco anos, o que significa que aproximadamente 22,9% de seus usuários fizeram o cadastro neste período. No gráfico abaixo, podemos visualizar a quantidade de novos cadastros realizados em cada ano estudado:

Gráfico 1: Total de Usuários cadastrados

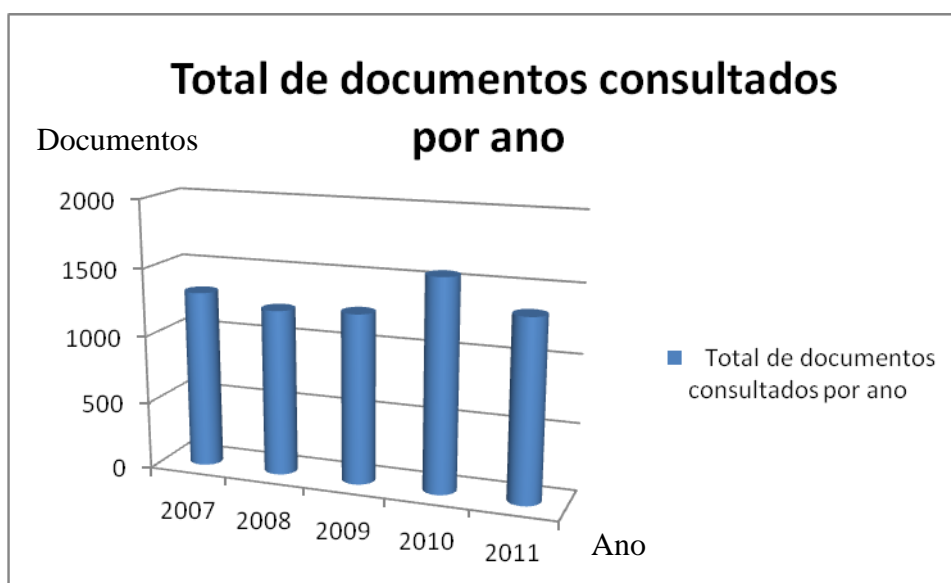


Podemos observar que o número de novos cadastros durante este período oscilou pouco e que teve uma pequena queda em 2011. Acreditamos que com a conscientização da importância dos estudos de usuários, de conhecer o perfil dessas pessoas, para que possamos satisfazer suas demandas, alocar melhor os recursos relativamente baixos que temos nessa área de forma eficiente, otimizando os resultados esperados, isso tudo aliado ao notável avanço tecnológico, o qual reflete diretamente nos meios de comunicação e, portanto, no acesso a informação, a tendência é que cada vez mais, usuários potenciais passem a ser usuários reais nos arquivos. O processo de digitalização dos acervos e a sua consequente disponibilização online, possivelmente irá gerar um aumento significativo nas estatísticas futuras.

3.2 Documentos consultados

Entre o período em questão, foram consultados, dentre os 111 fundos presentes no acervo, 6676 documentos distintos, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Total de documentos consultados por ano



Destacamos aqui os dez fundos mais consultados do acervo, sobre os quais faremos uma breve apresentação em anexo ao final dessa pesquisa. São eles: Instituto Oswaldo Cruz; Fundação Serviços de Saúde Pública; Fundação Rockefeller; Belisário Penna; Casa de Oswaldo Cruz; Fundação Oswaldo Cruz; Carlos Chagas; Oswaldo Cruz; Evandro Chagas; Carlos Chagas Filho.

Essa análise é interessante quando atentamos que esses dez fundos tiveram, neste período, 5765 documentos consultados frente aos 6676 já citados acima, ou seja, aproximadamente 86% das consultas realizadas nesse período. Isso significa que todos os outros 101 fundos que compõe o acervo tiveram juntos, somente 911 documentos consultados, o que significa somente 14% das consultas.

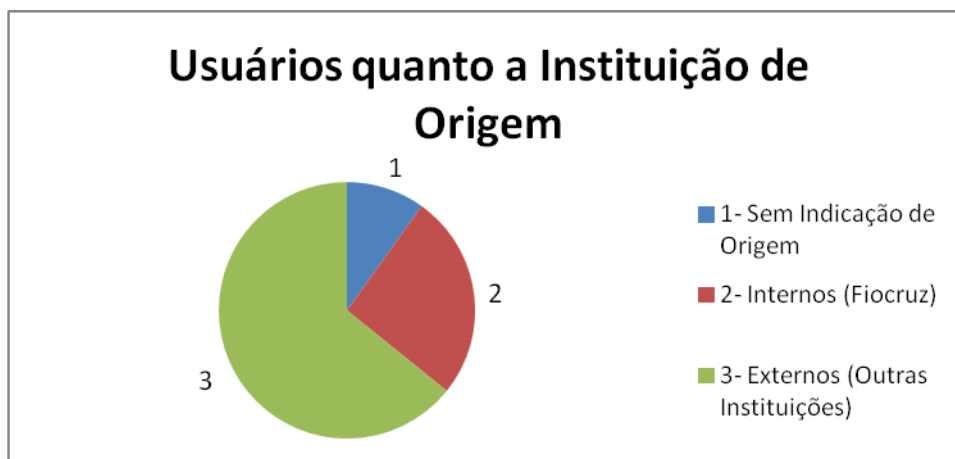
É evidente que essa estatística é simplista, que a dimensão da maioria desses fundos são, em muitos casos, bem maiores do que os outros e que realmente a importância de cada um dos fundos citados é indiscutível para a história da saúde e áreas afins, mas sabendo da riqueza de informações que podem ser encontradas em todos os fundos desse acervo, acreditamos que grande parte dos esforços está voltada para fundos já pesquisados e estudados. Esse critério é bastante aceitável, já que quem coloca o real valor das informações contidas num fundo é o próprio usuário e o uso que este faz dessas pesquisas, mas nos deixa a dúvida se muitos fundos riquíssimos podem ser esquecidos na hora de serem contemplados com projetos arquivísticos de organização, conservação e digitalização por não serem tão conhecidos, comprometendo, conseqüentemente sua própria publicidade entre os usuários reais, virtuais, podendo até mesmo atrair usuários potenciais caso fossem apresentados em esforços para difusão do acervo.

3.3 Origem dos Usuários (internos ou externos)

A estatística sobre a origem dos usuários do arquivo da Casa de Oswaldo Cruz foi bastante surpreendente. Acreditávamos que a maior parte dos consulentes desse acervo fosse de usuários internos à Fundação Oswaldo Cruz, representados pelos alunos dos cursos de pós-graduação, funcionários da COC ou de outras unidades da instituição. Conforme o gráfico abaixo,

podemos observar que a grande maioria do público está vinculada a outras instituições:

Gráfico 3: Usuários quanto a instituição de origem



Outra informação bastante interessante que podemos obter com essa estatística, é que mesmo sendo muito relevante sabermos a origem das pessoas que de alguma forma consultaram esse acervo, muitos não preenchem esse campo do formulário. Esse elevado percentual reforça a ideia da necessidade de conscientizarmos o próprio usuário da sua importância como um dos agentes de transformação e melhoria das instituições arquivísticas para que possamos satisfazer suas próprias necessidades de informações nos arquivos.

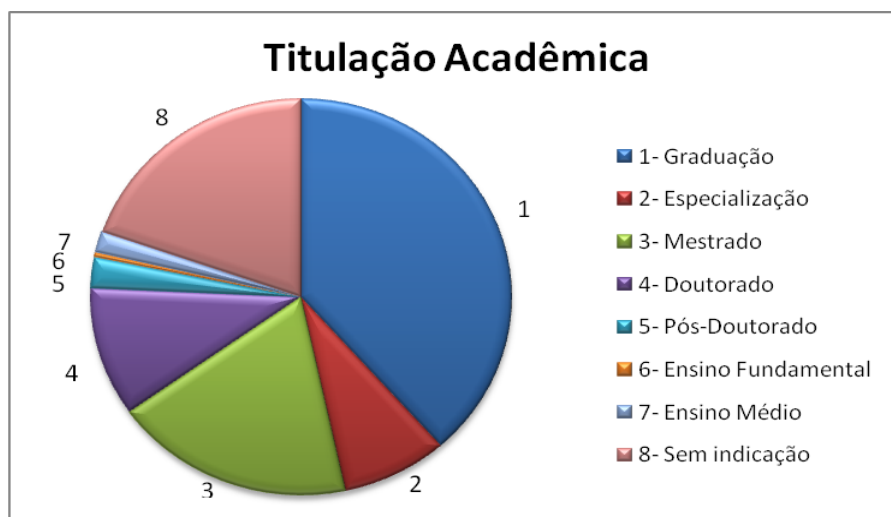
3.4 Titulação acadêmica

A estatística sobre a titulação acadêmica é fundamental para conhecermos o nível de instrução dos nossos usuários e, conseqüentemente, o perfil e aprofundamento de suas pesquisas.

Um campo bastante interessante no formulário que é preenchido por todos os que consultam o acervo é se a pesquisa feita pelo usuário é para uso próprio ou de terceiros, caso seja de terceiros, terá que especificar além da sua titulação acadêmica, a do principal interessado pelo levantamento. Esse dado é

relevante porque muitos pesquisadores recorrem aos bolsistas para coletarem os dados necessários para o seu trabalho. O que poderia distorcer o percentual encontrado.

Gráfico 4: Titulação acadêmica dos usuários



Esse gráfico apresenta que a titulação acadêmica mais representativa em relação aos usuários da COC é a graduação, em seguida mestrado e doutorado. Podemos perceber também, a pequena quantidade de alunos do ensino médio usuários desse acervo, o que reflete a falta de cultura e de incentivos que novos estudantes recebem para que desde cedo desenvolvam o hábito de frequentar os arquivos no Brasil.

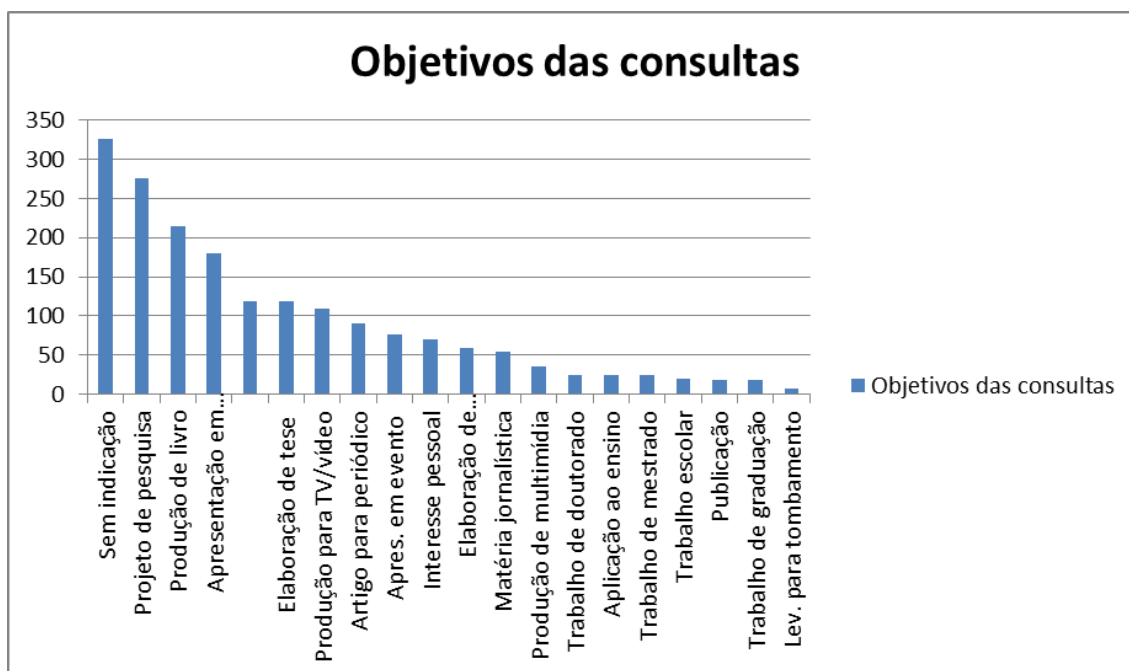
Outra questão novamente relevante é a quantidade de pesquisadores que não indicaram a titulação acadêmica ao preencherem o formulário, o que como já apontado acima, dificulta o trabalho dos estudos de usuários de um acervo, podendo comprometer o resultado das estatísticas levantadas.

3.5 Objetivos da consulta

O objetivo da consulta representa como e onde o usuário irá utilizar a informação adquirida em sua pesquisa no acervo. Esta análise é importante não apenas para traçarmos o perfil do usuário, como também para identificarmos meios indiretos de disseminação, já que é obrigatória a atribuição de créditos de todo o material utilizado no acervo.

Percebemos que as finalidades de consultas são diversas e que, na maioria das vezes, contribuem muito para a difusão das informações do arquivo e para divulgar o trabalho realizado pela Casa de Oswaldo Cruz, colaborando para construção de uma imagem positiva da própria FIOCRUZ, demonstrando que a instituição valoriza o patrimônio cultural no Brasil e colabora para a preservação da memória e para a construção da história da saúde em nosso país. Dentre os objetivos indicados neste campo, destacamos a produção de livros, produção para televisão, elaboração de exposições e participação em eventos, como por exemplo, congressos, seminários e simpósios, além dos trabalhos acadêmicos, como elaboração de monografias, dissertações e teses. Outro objetivo interessante é o levantamento de informações para a elaboração de dossiês com o intuito de abrir processos de tombamentos.

É surpreendente a quantidade de formulários não preenchidos neste campo, chegando, como podemos analisar no gráfico abaixo, a ser o maior percentual encontrado.

Gráfico 5: Objetivos das consultas

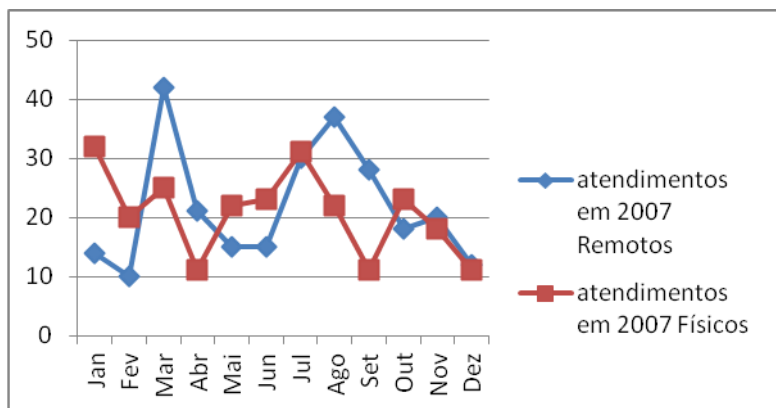
3.6 Atendimentos realizados pela sala de consulta (físicos e remotos)

Este tópico é importante para compararmos os atendimentos realizados aos usuários físicos (aqueles que foram atendidos na própria sala de consulta) e os que fizeram a consulta de forma remota. Utilizamos o termo “usuários remotos”, porque esse gráfico contempla somente atendimentos feitos por *e-mail*, *fax* e/ou *telefone*. Por não contemplar as pesquisas realizadas diretamente no site da instituição, como já explicado anteriormente, achamos esse termo mais representativo do que se utilizássemos usuários virtuais, que também incluem esses outros atendimentos, mas nos parece mais abrangente.

No recorte desta análise, ou seja, entre 2007 e 2011, tivemos um total de atendimentos de 3284 consultas, sendo 1346 consultas realizadas em atendimentos físicos, ou seja, aproximadamente 41%, enquanto os atendimentos remotos chegaram a 1938, correspondendo a 59% das consultas

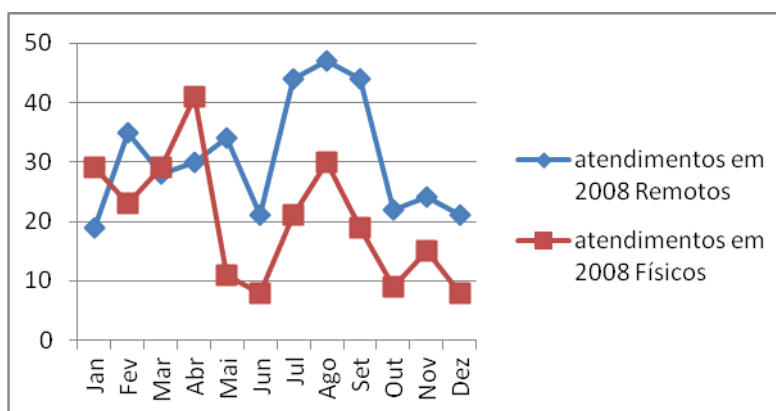
realizadas. Os gráficos abaixo representam os resultados obtidos em cada ano analisado:

Gráfico 6: atendimentos realizados em 2007



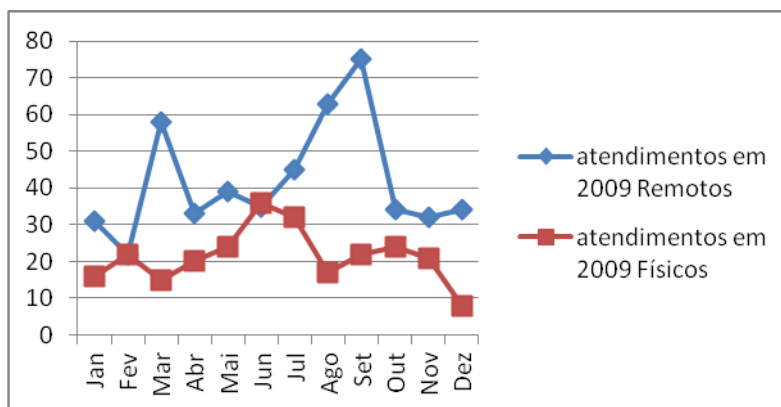
Em 2007, o Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz realizou um total de 511 consultas. Conforme o gráfico acima é possível observar a oscilação entre a quantidade de atendimentos físicos e remotos. A diferença entre o total das modalidades de atendimentos foi pequena, mas ainda assim, o atendimento remoto superou o número de consultas, tendo um total de 262 atendimentos ao longo do ano, enquanto o físico resultou em 249.

Gráfico 7: atendimentos realizados em 2008



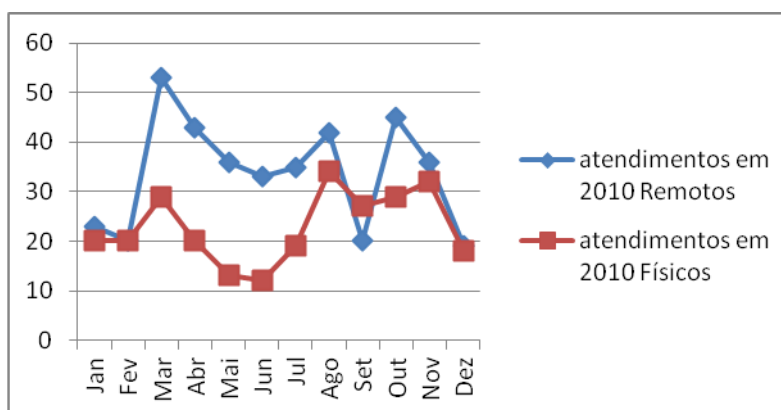
Em 2008, o número de atendimentos remotos cresceu significativamente. Foram realizados 369 atendimentos remotos e 243 atendimentos físicos. Essa tendência se confirmou ao longo dos outros anos como poderemos observar nos gráficos a seguir.

Gráfico 8: Atendimentos realizados em 2009



Em 2009, o número de atendimentos remotos totalizou 501, correspondendo a quase o dobro do número dos atendimentos físicos, que representou 257 atendimentos ao longo desse ano.

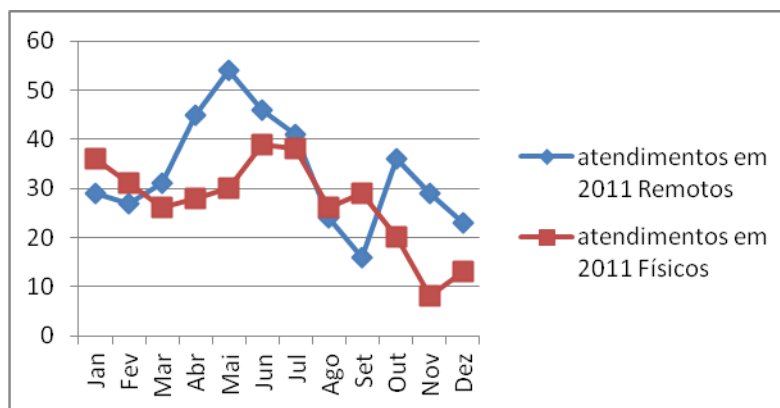
Gráfico 9: Atendimentos realizados em 2010



Em 2010, o número de atendimentos físicos chegou a 273, mantendo sem grandes oscilações a quantidade de atendimentos físicos realizados no recorte estudado. Os atendimentos remotos, neste ano, tiveram uma

considerável queda quando comparado ao ano anterior, totalizando 405 consultas.

Gráfico 10: atendimentos realizados em 2011



Em 2011, a quantidade de atendimentos remotos se manteve praticamente a mesma do ano anterior, representando 401 consultas ao longo desse ano. Os atendimentos físicos tiveram um significativo aumento chegando ao total de 324 consultas.

Em todos os anos estudados o número de atendimentos remotos ultrapassou o número de atendimentos físicos, mesmo que em alguns meses o físico tenha superado. Este resultado já era bastante esperado e se confirma como uma tendência devido ao rápido avanço tecnológico, os projetos de digitalização de acervos e a disponibilização online desses documentos nos sites das instituições arquivísticas.

Esses dez gráficos apresentados acima, por si só, nos trazem muitas informações importantes sobre os usos e usuários do arquivo da Casa de Oswaldo Cruz. Os resultados obtidos podem e devem ser otimizados cruzando as informações levantadas, contribuindo para uma análise qualitativa.

Dessa forma, podemos relacionar de inúmeras maneiras os resultados apresentados nesta pesquisa, apontando diretrizes importantes para melhorar os processos de difusão do acervo já instituídos pela COC. Ao analisarmos, por exemplo, o Gráfico 3 que nos mostra a origem dos usuários pesquisados, percebemos, como já mostrado acima, que a maioria é usuário externo, ou seja, são usuários de outras instituições. Esse resultado influencia diretamente

os resultados obtidos nos Gráficos 6 ao 10 que nos indicam os atendimentos remotos e físicos entre 2007 e 2011. O aumento dos usuários internos, possivelmente, refletiria em maior número de atendimentos físicos. Percebemos, portanto, que divulgando internamente o acervo da COC entre as unidades da FIOCRUZ, conseqüentemente irá contribuir para a conquista de novos usuários que já estão perto do prédio da Casa onde está localizado o acervo. Essa seria uma das formas de aumentar o número de usuários que fazem suas pesquisas diretamente na sala de consulta.

Outra análise pertinente que podemos realizar cruzando as informações novamente do Gráfico 3, a origem dos usuários, com a titulação acadêmica, representada pelo Gráfico 4, é que além da maior parte dos usuários representarem outras instituições, são alunos de graduação, mestrado ou doutorado, indicando que parcerias realizadas com essas instituições de ensino seriam benéficas para buscar o público real e virtual do acervo, além de contribuir para que usuários potenciais entrem em contato com os serviços oferecidos pelo arquivo da COC.

O Gráfico 4 indica que o maior número de usuários do arquivo da COC são alunos de graduação. Porém, ao analisarmos o gráfico 5 que demonstra os objetivos das consultas realizadas nesse acervo, identificamos que o número de pesquisas feitas para a realização de trabalhos ao longo do curso ou elaborações de monografias de graduandos são relativamente pequenas. Esse resultado indica que esse percentual pode ser otimizado com pequenos esforços feitos pela COC, como por exemplo, a criação de concursos de monografias realizadas com base nas informações consultadas no acervo.

Os resultados obtidos ao longo desta pesquisa e principalmente o cruzamento dessas informações geram conhecimento fundamental para que possamos, ao identificar os processos de difusão da Casa de Oswaldo Cruz, apontar sugestões para melhorar essa comunicação com os usuários reais e virtuais, além de conquistar usuários potenciais, contribuindo para o desenvolvimento de importantes pesquisas na área da saúde pública no Brasil. Esse será, portanto, o tema do nosso próximo capítulo.

4. Processos de difusão no arquivo da Casa de Oswaldo Cruz

Tornar as informações de um arquivo acessíveis ao maior número de usuários possível é uma das principais funções arquivísticas. Para que possamos atingir este objetivo é fundamental conhecermos os nossos usuários reais, virtuais e potenciais. O estudo de usuário, tema do nosso capítulo anterior, nos possibilita essa aproximação com nosso público-alvo para que, de acordo com as informações obtidas nessa pesquisa, possamos traçar um planejamento e definir os processos de difusão adequados para divulgar o acervo da instituição e os serviços prestados por ela, tanto para os já usuários do arquivo, como para outros que podem vir a se tornar, os chamados usuários potenciais.

Sobre o desenvolvimento das atividades de difusão no Brasil, Bellotto indica que: “É salutar e louvável, mas muito mais poderia ser feito. Os arquivos públicos de certos países, além dessas atividades, levam a cabo outras experiências para atingir a comunidade de maneira subliminar e, até certo ponto, lúdica. A receptividade tem sido a melhor possível” (BELLOTTO, 2007, p. 228).

Essa mesma autora define em três tipos as formas de difusão utilizadas em arquivos. São elas: difusão cultural, educacional e editorial, todos já explicados no segundo capítulo dessa pesquisa. Outro tipo de difusão não contemplado pela autora, mas que consideramos fundamental nesta análise é a utilização da informática nos meios de comunicação do arquivo, ou seja, o uso da internet como um dos tipos de difusão eficientes nos arquivos. Definiremos aqui como sendo uma difusão eletrônica, apesar de compreendermos os problemas de uma falta de terminologia mais apropriada para a definição deste quarto tipo de difusão. Cabe ressaltar, como nos aponta Silva (1999), que é preciso que se faça um esforço para realizar uma reflexão epistemológica em nossa área, não só para rever expressões que se tornam comum, sem uma preocupação com uma definição consistente do termo utilizado, além de contemplar novas definições necessárias e abrangentes aos novos contextos

frente ao avanço tecnológico em que vivemos, como no caso da expressão apresentada acima.

Os quatro tipos de difusão apresentados acima são complementares e devem ser implantados conjuntamente nos arquivos. Muitas instituições de vários países, inclusive no Brasil, já realizam formas de comunicação visando satisfazer seu público real e virtual, além de conquistar usuários potenciais para seus arquivos. É interessante formar parcerias para estudar e implantar esses exemplos que tiveram êxito em outras instituições, nos mostrando que podemos e devemos aprender com iniciativas já realizadas.

É interessante que na realidade brasileira a preocupação seja, muitas vezes, somente com o tratamento arquivístico da informação. É evidente que essa atividade é primordial, até mesmo porque os fundos que não foram tratados não estão acessíveis ao público. O que nos parece uma incoerência é que muitas instituições fazem o esforço para colocar as informações acessíveis, mas esquecem de divulgá-las para os possíveis interessados. Essa posição demonstra uma atitude passiva onde somente o pesquisador toma a iniciativa de procurar os serviços prestados.

A Casa de Oswaldo Cruz, ao contrário de muitas instituições, além de disponibilizar as informações do seu acervo, atenta para a importância dos processos de difusão no arquivo. É dessa forma que as pesquisas ligadas à área da história da saúde são estimuladas, transformando informações em conhecimento. O arquivo da COC desenvolve seu papel social, colaborando para a reconstrução da memória nessa área. Entendendo e aprendendo com a trajetória das instituições e personagens importantes na saúde pública no Brasil, poderemos melhorar o próprio desenvolvimento desse setor essencial para toda nossa sociedade.

É importante ressaltar que a COC além de gerar, sistematizar e difundir informações sobre a história, patrimônio, educação, ciência e saúde, trabalha com a missão de preservar o patrimônio cultural, promovendo o uso social de seus acervos, não só do arquivo, como também, da biblioteca, do patrimônio museológico, arquitetônico e Urbanístico, ou seja, todo o patrimônio científico da FIOCRUZ. Todo esse esforço tem gerado um expressivo reconhecimento internacional, tendo como um dos muitos exemplos, o recente reconhecimento

pela UNESCO dos negativos de vidro do Fundo do Instituto Oswaldo Cruz como patrimônio da humanidade.

4.1 Processos de difusão já instituídos pela COC

Começamos apontando a visita guiada ao arquivo da Casa de Oswaldo Cruz por se tratar de uma atividade realizada por muitas instituições, fundamental para que o usuário conheça a dimensão e importância do acervo disponibilizado. Apesar das visitas guiadas contribuírem para uma aproximação com os usuários do arquivo, muitas instituições, mesmo que as realizem, não incluem essa atividade em suas ações de difusão. Destacamos também, o baixo custo para sua realização, o que propicia a qualquer instituição desenvolvê-la. Na visita guiada da Casa, o arquivista responsável pela sala de consulta faz uma breve apresentação sobre a FIOCRUZ e situa a COC nesse contexto. Aponta os departamentos da Casa e os serviços realizados em cada um deles. Ao falar sobre a sala de consulta, explica seu funcionamento, as possibilidades de consulta, como é feita a reprodução, caso o pesquisador necessite, além de tratar temas relevantes como conservação e patrimônio cultural. O usuário consegue ter uma visão geral do funcionamento do arquivo, do acervo e percebe a importância dessa documentação para a História da Saúde Pública no Brasil.

Outra forma de difusão do acervo que identificamos ao longo de nossa pesquisa foi a elaboração e distribuição do folheto publicitário com informações gerais sobre a Casa de Oswaldo Cruz, as áreas contempladas pelo acervo da instituição e os serviços prestados. A leitura é fácil e objetiva, além de ser ilustrada chamando atenção do leitor.

O boletim informativo sobre o arquivo é feito por *links* no próprio *site* institucional, onde constam novidades sobre o acervo, novos projetos patrocinados, eventos que serão realizados. O público deste meio de divulgação são os especialistas nas áreas relacionadas ao acervo, aos

arquivistas e profissionais ligados à área de preservação e patrimônio, além dos usuários de um modo geral.

A COC atenta para a importância de realizar eventos para difundir seu acervo. Promove, neste sentido, fóruns, seminários e palestras. As atividades e pesquisas desenvolvidas por funcionários e usuários com os temas pertinentes aos tratados na instituição são expostos e debatidos. Esses eventos colaboram para difundir o conhecimento adquirido em pesquisas realizadas com o acervo, além de divulgá-lo, atraindo novos usuários que realizarão muitas outras pesquisas importantes para a ciência e a saúde.

Outra forma eficiente de divulgação dessas informações é feita através dos cursos oferecidos pela COC, seja pelos cursos *stricto sensu*, o mestrado e o doutorado em História das Ciências e da Saúde, ou dos cursos *lato sensu*, Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde e o de Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde. Os discentes desses cursos se tornam usuários desse arquivo e realizam trabalhos acadêmicos baseados nessa documentação, conferindo os créditos para a instituição e apresentando esses trabalhos em vários eventos da área.

A elaboração de documentários feitos através de pesquisas realizadas baseada nas informações do arquivo da COC otimiza bastante o número de pessoas que passam a conhecê-lo. Esses vídeos são divulgados em canais de televisão, mostras e na própria internet, alcançando um número relativamente grande de expectadores.

As publicações e lançamentos de guia, inventários e catálogos são fundamentais para facilitar a pesquisa dos usuários reais e virtuais. Além disso, servem de material de divulgação do próprio acervo, apresentando o produto de muitos projetos e atraindo usuários potenciais.

A página da instituição na internet é, atualmente, fundamental para facilitar a busca, possibilitar a pesquisa de pessoas distantes do local onde se encontra a documentação, ou seja, atrair os usuários virtuais para o arquivo. No corpo desse *site* existe um *link* para a base arch da COC, um instrumento de pesquisa não linear, onde colocamos um termo para que seja procurado e recebemos como resultado todos os documentos com aquela referência. Funciona como um repositório de informações sobre o acervo permanente da FIOCRUZ, sob a guarda da COC. A base arch foi desenvolvida a partir do

sistema ICA ATOM, *software* livre criado por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos- CIA para a automação da descrição de documentos arquivísticos. Permite o acesso a informações de todos os fundos e coleções custodiados pelo Departamento de Arquivo e Documentação da COC e é atualizada regularmente⁴.

A busca por patrocínio que possibilitem a realização de projetos de organização e digitalização dos acervos é outra iniciativa fundamental. O tratamento da documentação possibilita que estes sejam disponibilizados aos usuários. A digitalização potencializa esse acesso incentivando a pesquisa de usuários virtuais. Essa documentação possui a marca d'água da Casa de Oswaldo Cruz, o que possibilita um controle das utilizações das imagens, além de conferir o crédito ao arquivo, divulgando seu acervo.

Além de todas as iniciativas descritas acima, a COC otimiza seus processos de difusão buscando parcerias com outras instituições que também são referências quando os temas são ligados à arquivística e a preservação do patrimônio cultural no Brasil, como por exemplo, o Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Fundação Getúlio Vargas e Casa de Rui Barbosa.

4.2 Processos de difusão do acervo que podem ser implantados pelo arquivo da COC.

Podemos perceber pelas inúmeras formas de difusão citadas acima que o Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz entende a importância e desenvolve muitas formas interessantes de divulgação de seu acervo. Sabemos que a COC é uma instituição referência em sua área de atuação, mas apontamos que mesmo sendo exemplo na área de arquivologia, patrimônio e preservação para tantas outras instituições, a análise dos dados obtidos por um estudo de usuários aponta maneiras de otimizar e melhorar os processos de difusão já existentes e implantar outras formas eficientes e eficazes para conseguir novos usuários, além de estimular a consulta de usuários já existentes, como veremos nos próximos tópicos.

⁴ Informações retiradas do site da Casa de Oswaldo Cruz: <http://www.coc.fiocruz.br>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

4.2.1 Utilização de ferramentas de comunicação *online*: trabalhando a difusão eletrônica no arquivo

O Estudo de usuário realizado nesta pesquisa revelou, de acordo com os gráficos sobre o atendimento físico e remoto (Gráficos 6 ao 10) que, entre 2007 e 2011, 59% de suas consultas foram realizadas à distância, portanto, essa forma de pesquisa superou a pesquisa tradicional feita no local do arquivo.

Mesmo sabendo a importância e a necessidade de realizar um maior controle dos usuários que fazem consulta diretamente pela internet utilizando a base arch da Casa de Oswaldo Cruz, podemos identificar que após a realização de projetos de digitalização e o acesso online a estes, associado ao avanço tecnológico que vivenciamos atualmente, a tendência é que essas consultas aumentem de forma significativa.

É interessante que se estabeleça um vínculo com esses pesquisadores. Para tanto, a obrigatoriedade de um cadastro com informações relevantes para conhecê-los e a necessidade de fazer um *login* para realizar a pesquisa na base arch colaboraria para inibir o acesso de pessoas má intencionadas, o que reforça a segurança das informações, além de ser fundamental para o estudo de usuário e, conseqüentemente, para melhorar os processos de difusão realizados pelo arquivo.

O uso de ferramentas de comunicação *online* é uma forma de atrair novos usuários e de fidelizar os usuários existentes. Suas vantagens são a interação com o público e a facilidade em que as informações são atualizadas, além de ser uma forma de comunicação de baixo custo.

A elaboração de um *blog* do arquivo é importante por permitir atualizar as informações pertinentes, por ser um canal para que os próprios pesquisadores comentem as notícias, dando um *feedback* do que acham sobre os assuntos tratados, dos serviços prestados e dos eventos realizados pelo arquivo da COC. Um local onde os usuários e funcionários do arquivo poderão trocar conhecimentos, sugerir temas e debater ideias sobre as áreas de interesse ligadas a história das ciências e da saúde, além de temas

relacionados à arquivística, ao patrimônio cultural e a preservação. Outra sugestão é a utilização de um link para um chat entre usuários *online* interessados sobre a mesma matéria publicada neste ambiente. Nesta página, haverá informações sobre a instituição, o acervo, os serviços prestados, como também, informações sobre eventos, como por exemplo, exposições, palestras, etc.

Outro *link* importante seria sobre os projetos concluídos e em andamento, explicando sua realização, apresentando a equipe e, caso tenha sido concluído, apresentando seu produto. A divulgação dos patrocinadores envolvidos também faz parte da página, incentivando as instituições a colaborarem com recursos para este fim, e em troca teriam a justa associação do patrocínio cultural e a realização do projeto aos nomes das respectivas instituições de referência. As empresas parceiras deverão constar no *blog* com *links* para os sites dessas instituições e os eventos realizados que sejam afins aos temas desenvolvidos pela COC serão publicados. É importante incentivar que essas instituições façam o mesmo pela Casa em suas ferramentas de comunicação. Essas parcerias são fundamentais para otimizar os processos de difusão.

Ao final do *blog* do terá uma opção de segui-lo e receber notícias relacionadas por email, informando uma nova atualização na ferramenta, estimulando a visita do usuário caso o assunto lhe interesse.

Atualmente, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul está desenvolvendo um *blog* institucional, podendo servir de fonte de informação e troca de experiências ao longo do processo de implantação, além de exemplo e estímulo para instituições interessadas.

Outra ferramenta de comunicação *online* que deve ser desenvolvida para otimizar a comunicação com os usuários cadastrados é o *twitter* com foco na difusão do arquivo da COC. Esta ferramenta se caracteriza por ser uma rede social e um servidor para *microblogging*. Permite ao usuário cadastrado enviar e receber atualizações dos outros contatos. Esta ferramenta é outra opção para uma comunicação ágil e objetiva para divulgação da instituição. Nesta página, também constará um *link* direto para o *blog* e o site institucional, além de poder incluir *links* de parceiros.

4.2.2 Implantar processos de difusão educativa para alunos do ensino fundamental e médio

A COC potencializa os meios de comunicações entre os alunos de pós-graduação, seja especialização, mestrado ou doutorado, por ministrar dentro da própria unidade, cursos relacionados aos temas tratados em seu acervo, fazendo com que os próprios alunos se tornem pesquisadores de seu arquivo. Os usuários que fazem ou fizeram graduação aparecem como a maior parcela de usuários do acervo. Porém, analisando o estudo de usuários realizado no arquivo da COC identificamos que a difusão educacional deve ser desenvolvida com foco também nos estudantes de ensino fundamental e médio.

A necessidade de desenvolver a difusão educativa entre esse público se confirma ao analisarmos o gráfico 4 que ilustra a titulação acadêmica e indica um percentual muito pequeno de estudantes desse segmento como usuários do arquivo. Outra maneira de observarmos essa baixa demanda entre esses alunos é o gráfico 5 que relaciona os objetivos das pesquisas. Novamente, o percentual de trabalhos escolares é muito pequeno refletindo a pouca procura desse público ao arquivo.

O cidadão só irá exercer seu papel participativo na sociedade, e também desenvolverá a capacidade de modificá-la e, conseqüentemente, melhorá-la, desenvolvendo sua consciência crítica. No entanto, esse processo só pode ser desencadeado, com o desenvolvimento de processos educativos voltados para esse objetivo.

O acesso e a democratização da informação, portanto, não ajudam na transformação da sociedade, sem que antes se desenvolva a consciência crítica necessária para percebê-la e entendê-la, transformando-a em conhecimento. Portanto, a educação é condição primária para qualquer mudança social.

A relação intrínseca entre informação, educação e conhecimento aponta para a potencial e benéfica parceria entre arquivistas e profissionais da educação. Esse trabalho interdisciplinar pode potencializar o processo educativo e enriquecer a formação crítica do aluno. Levá-lo para as instituições

arquivísticas, irá desenvolver desde o início de sua formação o interesse pela pesquisa. São esses pequenos pesquisadores que poderão tornar-se professores atentos para a importância de incentivar as pesquisas no país, profissionais que compreendam a importância da preservação do patrimônio cultural, além de líderes políticos que poderão influenciar, por exemplo, nas distribuições de recursos para projetos em nossa área. O mais importante de todas as contribuições oferecidas para esses alunos é a possibilidade de se tornarem cidadãos conscientes do seu direito de informação e do seu papel na construção da história do seu país.

A finalidade de congrega os alunos aos arquivos é explicada por Souza, citando Babelon:

Fazê-los conhecer as fontes de nossa história, para ilustrar e vivificar o ensino histórico, para despertar o gosto pelo passado e pelo conhecimento das atividades do homem, que fazem parte de sua evolução, e, dessa forma, melhor compreenderem o estado presente, para ajudá-los através deste sentido relativo, a formarem o espírito crítico (BABELON apud SOUZA, 1997).

A autora nos explica que esta prática possibilita uma análise crítica que gera uma reformulação das ideias e que colaboraria, portanto, para que o crescimento do cidadão se efetuassem pela mudança não só de atitudes, mas principalmente de mentalidades. Objetivando este processo de conscientização, Couture é citado por Souza, para esclarecer que a tarefa do arquivista não é somente adquirir, tratar e conservar os arquivos, mas também de tornar acessível e de preparar a difusão da informação que os mesmos recolhem (idem).

Os arquivistas devem compreender a relevância das ações educativas em arquivos e a sua influência no sentido de viabilizá-las. Behr analisa que os arquivos são instituições que têm uma missão cultural e, que hoje em dia, não cumpriram sua missão se estivessem exclusivamente a serviço da administração e dos pesquisadores. Aponta que há vários anos se estuda a possibilidade de colocar à disposição das escolas as fontes históricas que estão conservadas nos arquivos (idem). Behr, citado por Souza, pondera a importância de ações educativas em arquivos desde 1974.

Na metodologia do ensino tradicional, o conhecimento passado para o aluno já está inteiramente construído, analisado e reificado, não tendo espaço, portanto, para ser problematizado pelo aluno, comprometendo e empobrecendo as reflexões e a construção da própria opinião frente ao conhecimento adquirido. A consequência desse processo onde o aluno é passivo ao método de aprendizagem é a não identificação com os temas trabalhados. Esse distanciamento faz com que o aluno aprenda a disciplina como se fosse um romance, uma ficção, e não como um processo que construiu a realidade que o cerca, não desenvolvendo a capacidade crítica necessária para confrontá-la e, conseqüentemente, transformá-la.

Os alunos quando entram em contato com os arquivos têm a oportunidade de construir e refletir sobre a historiografia. Devemos, arquivistas e educadores, despertar no aluno a consciência de que a história oficial é uma das formas de contar os fatos em detrimento de outras. E que os documentos, ao refletirem as atividades humanas, formam “peças de um quebra-cabeça” que pode ser montado de inúmeras maneiras, e as “peças” que escolhemos e a maneira como as dispomos, espelham uma intencionalidade relacionada ao modo como enxergamos o mundo. O aluno se perceberia como parte integrante da história e desenvolveria a capacidade crítica e reflexiva.

Neste sentido, o Departamento de Arquivo e Documentação, responsável pelo arquivo da COC deve fazer parcerias com os outros departamentos da Casa, com o Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde (DEPES), o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) e Museu da Vida (MV), com o intuito de unir esforços e reduzir os custos, para que estes estudantes conheçam o acervo arquivístico e museológico, além do importante complexo arquitetônico que existe no campus da FIOCRUZ.

É importante buscar em projetos bem sucedidos de difusão educacional implantados em outras instituições para trazer as ideias que foram eficientes para a Casa. Blaya Perez e Portella (2012) no artigo que trata sobre a comunicação online e processos de difusão no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul- APERS apresentam como um dos serviços realizados na instituição a realização de oficinas de educação patrimonial. O Objetivo deste serviço é despertar o interesse pela preservação do patrimônio arquivístico,

arquitetônico e histórico cultural. Para tanto, são feitas parcerias entre as escolas e o Arquivo.

O *síte* do Arquivo Público do Estado de São Paulo aponta como uma das formas de aproximar o arquivo da sociedade a parceria com professores de história da rede pública e particular do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior com objetivo de promover o contato tanto dos professores como dos alunos com as fontes documentais do seu acervo, incentivando a utilização de fontes primárias nas pesquisas.

Outra forma de divulgação eficiente é promover concursos de pesquisa nas escolas sobre algum tema pertinente ao arquivo da COC. O aluno que realizasse a melhor pesquisa poderia ser contemplado, por exemplo, com uma bolsa de iniciação científica, com a produção de um certificado de participação do aluno.

Muitas experiências bem sucedidas em outras instituições com a finalidade de realizar a difusão educativa podem ser estudadas e parcerias com essas instituições podem ser firmadas com o intuito de trocar conhecimentos e casos de difusão nos arquivos que deram certo.

4.2.3 Parcerias com instituições de ensino superior

O estudo de usuários realizado nos mostra que a maior parte dos pesquisadores do arquivo da COC, de acordo com o gráfico 4 que indica a titulação acadêmica, é, nesta ordem, estudantes de graduação, mestrado e Doutorado. A importância do público vinculado ao ensino superior é também demonstrada quando analisamos os objetivos das pesquisas realizadas no acervo, como podemos visualizar no gráfico 5. Dentre outros importantes estímulos para pesquisar no referente arquivo, citamos aqui, em ordem de maior porcentagem a elaboração de dissertações, teses e monografias, além de trabalhos realizados ao longo dos cursos.

Essa realidade indica que parcerias com instituições de ensino superior seriam uma forma de estimular as pesquisas dos usuários reais, além de buscar usuários potenciais que se enquadram no perfil traçado dos

pesquisadores da Casa. As universidades parceiras poderão divulgar eventos realizados pela COC, enquanto esta poderá realizar eventos interessantes como, por exemplo, palestras, exposições e debates sobre temas relacionados à sua área de atuação nestes locais. Muitos cursos podem se interessar por esse acervo, além do curso de história, como por exemplo, os alunos dos cursos sobre políticas públicas poderiam se interessar pela história das instituições de saúde pública e pelas próprias políticas implementadas por elas no passado com o intuito de aprimorar as políticas atuais.

4.2.4 Treinamento de usuários do arquivo da COC

Outra proposta eficiente no processo de difusão do acervo é o treinamento de uma equipe responsável para ministrar cursos de curta duração para os usuários do arquivo. A importância do acervo e os aspectos sobre sua conservação seriam abordados no curso. A ideia aqui é realizar um treinamento básico sobre questões importantes para a arquivística como, por exemplo, explicar a lógica da organização do arquivo, tornando o processo de pesquisar em seus acervos mais eficiente e eficaz, colaborando para que o usuário saiba encontrar a informação que procura no menor tempo possível. O objetivo dessa proposta é dar mais autonomia aos pesquisadores, facilitando a consulta aos documentos.

Conclusão

É fundamental que sejam realizados estudos de usuários nas instituições arquivísticas. É por meio deste levantamento que conseguimos identificar quem são os nossos usuários, como podemos melhorar nossos serviços e disponibilizar as informações contidas no acervo de forma eficiente e eficaz, incentivando pesquisas e, conseqüentemente, gerando conhecimento em diversas áreas em nosso país.

Mesmo com a importância do assunto estudado, ainda podemos observar que a literatura sobre o tema é escassa e que poucas instituições reconhecem essa necessidade deste levantamento, o que reflete, evidentemente, nos poucos estudos realizados no Brasil. Apesar disso, a tendência é que cada vez mais instituições se conscientizem sobre o papel estratégico que um estudo como esse apresentado nessa pesquisa pode representar dentro do planejamento de projetos e a escolha de onde alocar os relativamente baixos recursos destinados à preservação e divulgação do patrimônio cultural.

Sabendo quem são os nossos usuários reais e potenciais, poderemos direcionar nossos esforços para elaborarmos um planejamento de difusão do acervo e dos serviços prestados que efetivamente cheguem a esses pesquisadores, divulgando notícias, eventos, novos fundos que interessem aos usuários citados. Outro fator fundamental é a possibilidade de identificarmos nosso usuário potencial através da análise e cruzamento dos dados levantados para que, revendo nossos processos de difusão e, a conseqüente forma de comunicação realizada pelo arquivo direcionada ao seu público-alvo possa transformá-los em usuários do arquivo, seja real ou virtual. É desta maneira que aumentamos a função social dos arquivos, gerando novas pesquisas e contribuindo para novos conhecimentos que retornam de muitas maneiras, contribuindo para melhorar nossa sociedade.

Podemos observar também, que mesmo uma instituição de referência em nossa área, como a Casa de Oswaldo Cruz, pode melhorar de forma significativa seus serviços prestados e o alcance das informações presentes nos acervos e nos eventos realizados.

O estudo de usuário deve ser realizado de forma sistemática dentro da instituição para que as informações sejam atualizadas, servindo inclusive como uma forma de medir os resultados dos esforços para otimizar os processos de difusão do acervo.

Referências

Obras citadas

Alberch i Fugeras, R.: "Ampliación del uso social de los archivos. Estrategias y perspectivas". **Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica**. Rio de Janeiro, 2000. Disponible en: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/ramonfugueras.rtf>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O arquivista na sociedade contemporânea. In: **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

_____. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 227-247.

BLAYA PEREZ, C. Os Diferentes Tipos de Usuários de Arquivos. In: **Caderno de Arquivologia**. Santa Maria: Curso de Arquivologia – UFSM, 2002. N° 1.

CASA DE OSWALDO CRUZ. DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO. **Guia do Acervo da Casa de Oswaldo Cruz**. COC/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1995.

CUSTÓDIO, Crislene Queiroz. Cidadania ou profissão? Um prospecto da responsabilidade social do Profissional da Informação. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 94-96, jan. 2003. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001029&dd1=dba0e>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

JARDIM, J.M.; FONSECA, M. O. **Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte**. Revista de ciência da informação. v. 5. n. 5 Out/04. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm>. Acesso em: 11 Dez. 2011.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (Org). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal Fluminense, 2006a.

_____. Os usuários da informação arquivística. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, V. 5, n.2, jul/dez 2006b.

PORTELLA, V. P.; BLAYA PEREZ, C. **Perfil dos usuários do arquivo público do estado do Rio grande do sul**. In: SBA – Simpósio Baiano de Arquivologia, III, 2011, Salvador: BA. Disponível em: < <http://www.arquivistasbahia.org/3sba/wp-content/uploads/2011/09/Portella-Perez.pdf>>. Acesso em: 03 Jan 2012.

_____. **Ferramentas de Comunicação Online como Estratégia de Difusão do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. In: IV SIPECOM - Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação, set/2012, Santa Maria: RS. Disponível em: < <http://www.ufsm.br/sipecom/anais/artigos/recepcao/PORTELLA%20e%20PEREZ.pdf>>. Acesso em: out/ 2012.

SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.) **Arquivística temas contemporâneos: classificação, preservação digital e gestão do conhecimento**. Brasília :SENAC, 2007.

SANZ CASADO, Elías. **Manual de Estudios de Usuarios**. Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Madrid: Editora Pirámide, 1994. p. 31-38

SILVA, Armando Malheiro da. **A Gestão da informação arquivística e as suas repercussões na produção do conhecimento científico**.

Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivstica.pdf> Acesso em: 10 jul de 2012

SILVA. Sérgio Conde de Albite. **Repensando a Arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. Políticas Públicas: o uso dos arquivos na contemporaneidade. **Cadernos de Pesquisa**, Brasília, 1997.

Obras consultadas

CÉ, Graziella; PEDRAZZI, Fernanda. Estudo de usuário como recurso para difusão de um arquivo: o caso da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n.2, p.75-89, jul./dez. 2011. Disponível em: < <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/2277/1501>> Acesso em: 5 ago de 2012

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudo de Uso e Usuários da Informação**. IBICT. Brasília, 1994.

LE COADIC, Yves. **Usages et usagers de l'information**. Paris: ADBS, 1997.

KURTZ, Clara Marli Scherer. **O usuário do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação.** 1990. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

SÁ, Ivone Pereira de. **A Face Oculta da interface: serviços de informação arquivística centrados no usuário.** 2005. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão da Informação e da Comunicação em Saúde)- Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Paulo Roberto Elian; BRITO, Verônica Martins de. **Fundação Oswaldo Cruz: Memória Institucional e Gestão da Informação.** COC/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, s.d.

Anexos

SALA DE CONSULTA – CADASTRO DE USUARIOS (FAVOR PREENCHER EM LETRA DE FORMA, SEM ABREVIAR)

DADOS PESSOAIS	
Usuário:	Data:
Endereço:	CEP:
Telefone:	Fax:
E-mail:	

FORMAÇÃO
() Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado () Pós-doutorado () Outros
Formação (curso de graduação):

DADOS PROFISSIONAIS OU ACADÊMICOS			
Instituição:			
Unidade / Departamento:			
Cargo / Função:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	Estado:	País:
Telefone:		Fax:	
Como tomou conhecimento do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz?			
Já pesquisou em arquivo antes? () Não () Sim		Onde?	
Já pesquisou em biblioteca antes? () Não () Sim			
Funcionário responsável: () Rose () Jean () Outro			

Assinatura

SALA DE CONSULTA – PESQUISA
(FAVOR PREENCHER EM LETRA DE FORMA, SEM ABREVIAR)

Usuário:	Tel.:
Forma de consulta: () Local () Remota (Via E-mail / Correios)	Data:
Título da pesquisa:	
Resumo:	
Objetivo: (Exemplos: Graduação; Mestrado; Projeto de Pesquisa; Interesse pessoal; Produção de Livro; Produção de Vídeo; Exposição; Criação de Home-Page / Site e etc.)	
Pesquisa realizada por: () Próprio usuário () Terceiros*	
*Nome (em caso de terceiro):	Função:
E-mail:	Tel.:

Data	Setor*	Fundo ou Coleção	Código dos itens ou conjuntos solicitados	Solicitação de reprodução

SETORES*	
AI → Arquivo Institucional	AP → Arquivos Pessoais e do outras Instituições
AS → Arquivo Sonoro	AIC → Arquivo Iconográfico
AIM → Arquivo de Imagem em Movimento	BB → Biblioteca

EM CASO DE DIGITALIZAÇÃO INFORMAR		
Resolução:	Formato: () JPEG () TIF () GIF	Tamanho:
A pesquisa realizada no acervo atingiu o objetivo esperado? : () SIM () NÃO		
Especifique:		
Avaliação do atendimento: () BOM () REGULAR () RUIM		
Observações:		
Funcionário responsável: () Rose () Jean () Outro:		
Serviço entregue ao: () próprio usuário () representante*	Data:	
*Nome do representante:		

Assinatura

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE REPRODUÇÕES DE DOCUMENTOS

Eu, _____,
 (nome da pessoa legalmente qualificada para assinar o termo)
 portador(a) do documento de identificação: nº _____, e do CPF
 nº _____, na qualidade de: () pessoa física ou de representante legal da
 pessoa jurídica.

 (denominação da empresa ou órgão público)
 CNPJ nº _____, domiciliado(a) _____

(preencher com endereço completo e telefone residenciais, no caso de representante legal de pessoa jurídica, informar o endereço completo e telefones da empresa ou órgão representado)

DECLARA ESTAR CIENTE:

- a) De que as reproduções dos documentos / imagens descritos abaixo, ora recebidas, são de originais custodiados pela Casa de Oswaldo Cruz;
- b) Da obrigatoriedade de por ocasião da divulgação das referidas reproduções, mencionar sempre que os respectivos originais pertencem ao Acervo da Casa de Oswaldo Cruz. Os créditos devem ser assim mencionados, exemplo: Imagem (Código da Imagem) - Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação;
- c) De que as reproduções referidas neste termo não podem ser repassadas a terceiros;
- d) Das restrições a que se referem os art. 4 e 6 da Lei nº 8.159 de 08/01/1991 (Lei de Arquivos); da Lei nº 9610, de 19/02/1998 (Lei de Direitos Autorais); dos art. 138 e 145 do Código Penal, que prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação; bem como da proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora a interesses particulares, digam respeito à honra e à imagem de terceiros;
- e) De que a pessoa física ou jurídica, conforme o caso expresso neste termo, responsável pela utilização dos documentos terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais e morais que possam advir do uso das reproduções fornecidas, bem como das informações nelas contidas, eximindo, conseqüentemente, de qualquer responsabilidade, a Casa de Oswaldo Cruz;
- f) De que autorizações relativas a direitos autorais e de imagem, quando pertinentes, devem ser solicitadas diretamente aos autores ou retratados;
- g) No caso de reproduções de vídeo produzidos pela Casa de Oswaldo Cruz, ficam proibidas, sem a prévia e expressa autorização, quaisquer outras formas de utilização, tais como copiar, editar, adicionar, reduzir ou transmitir por radiofusão, cabo ou qualquer outro meio de comunicação que venha a ser criado, bem como praticar qualquer ato de comercialização direto ou indireto.

DECLARA igualmente que as reproduções serão utilizadas exclusivamente por

 (nome da pessoa física ou denominação da pessoa jurídica que utilizará as reproduções)
 no(a) _____

(título do cartaz, CD-ROM, DVD, exposição, filme, publicação etc, ou somente como fonte de pesquisa, neste caso, mencionar obrigatoriamente o projeto ao qual a pesquisa está vinculada)

_____, _____ de _____ de _____

DOCUMENTOS / IMAGENS:

Primeira via recebida no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz em ____/____/____.

Os dez fundos mais pesquisados do arquivo da Casa de Oswaldo Cruz⁵:

1- Fundo Instituto Oswaldo Cruz:

Descrição do Produtor:

O Instituto Oswaldo Cruz (IOC) originou-se do Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 no bairro de Manguinhos, Rio de Janeiro, com o objetivo imediato de produzir soros e vacinas contra a peste bubônica que, tendo atingido o porto de Santos em 1899, ameaçava a capital federal. A partir de 1903, já sob a direção de Oswaldo Cruz, o Instituto Soroterápico transformou-se numa instituição destinada à pesquisa científica; em 1906 passou a ter uma filial em Belo Horizonte; em dezembro de 1907, refletindo essas transformações, foi criado o Instituto de Patologia Experimental. Em março do ano seguinte este passou a denominar-se Instituto Oswaldo Cruz, em homenagem ao sucesso obtido por seu diretor nas campanhas de combate à febre amarela e à peste bubônica, no Rio de Janeiro, e na Exposição de Higiene que integrava o XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia, realizado em Berlim, em 1907. Nessa oportunidade o IOC teve aprovado o seu primeiro regulamento, que possibilitava a manutenção das atividades de pesquisa e ensino em andamento. Entre as décadas de 1910 e 1920 seus cientistas realizaram missões sanitárias e expedições científicas ao interior do Brasil, para proceder à profilaxia e ao estudo das zonas flageladas por doenças ainda pouco estudadas. Em 1909 Carlos Chagas protagonizou um dos feitos mais importantes de Manguinhos: a descoberta do ciclo biológico da doença que posteriormente levou seu nome. Em 1912, em virtude da repercussão dessa descoberta, o IOC deu início à construção, em seu campus, de um hospital que seria inaugurado em 1918, sob a denominação Hospital Oswaldo Cruz. Tinha por finalidade receber doentes vindos do interior, sobretudo das áreas mais afetadas pela moléstia, para tratamento e estudos. Vitoriosa a revolução de outubro de 1930, o IOC, até então vinculado à pasta da Justiça, foi transferido para a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde Pública, subordinando-se ao Departamento Nacional de Medicina Experimental (DNME). Essa situação perdurou até 1932, quando foi extinto o DNME e suas atribuições incorporadas ao IOC, que passou a ser regido por um novo regulamento e manteve as seções científicas já instituídas. Em 1937 ficou subordinado ao Departamento Nacional de Saúde (DNS), após um curto período de vinculação ao Departamento Nacional de Educação. Suas atribuições concentraram-se sobre aquelas relativas à saúde humana, e a renda proveniente de serviços e da comercialização de imunizantes foi integrada à receita geral da União. Em janeiro de 1946, o IOC, até então subordinado ao DNS, foi incorporado à Universidade do Brasil, e assim permaneceu até março do mesmo ano, quando foi desligado da universidade e vinculado diretamente ao ministro da Educação e Saúde. Simultaneamente, seus relatórios anuais registravam, ao longo da década de 1940, um incremento nas atividades voltadas para a produção de soros e vacinas, destinadas ao atendimento das demandas das autoridades sanitárias e à formação de estoques estratégicos. Quando, em 1953, foi criado o Ministério da Saúde, o IOC ficou a ele subordinado. Em maio de 1970 passou a integrar, como um de seus órgãos centrais, a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz). Assim, o modelo integrador, originalmente formulado por Oswaldo Cruz para a instituição que buscava construir, foi contemplado, e mais tarde ampliado, pelas atribuições da

⁵ Todas essas informações foram retiradas da Base Arch do Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz.

Fiocruz em seu conjunto. Atualmente o IOC possui 72 laboratórios que desenvolvem atividades voltadas para o estudo e a geração de produtos e insumos para diversas doenças.

Âmbito e conteúdo:

Documentos textuais: reúne documentos que abordam a origem do IOC, fornecendo informações sobre sua criação e funcionamento, e sobre as atividades de pesquisa, ensino, produção e assistência, nas áreas de ciências biomédicas e saúde pública desenvolvidas ao longo do século XX. Abrange, por exemplo, documentos relacionados à administração de pessoal e gestão institucional, em que se destacam: relatórios anuais de atividades; correspondência da Direção (1908-1971); livros e dossiês com assentamentos funcionais; documentos relativos aos concursos públicos para o provimento de cargos de assistente (1917) e chefe de laboratório (1936), bem como o funcionamento dos órgãos subordinados ao IOC e localizados em outras unidades da federação, entre os quais o Hospital Regional de Lassance (MG, 1911-1941), o Instituto de Patologia Experimental do Norte (PA, 1936-1941) e o Instituto Ezequiel Dias (BH, 1936-1941). Inclui ainda documentos sobre o funcionamento e manutenção das instalações do IOC na Ilha dos Pinheiros, na Baía de Guanabara. Destacam-se também relatórios e ordens de serviço referentes à administração de biotérios e à manutenção da segurança do campus de Manguinhos. Sobre os serviços destacam-se laudos de análise de medicamentos; guias de controle da distribuição de penicilina e boletins de exame de ratos (1944-1957), da Divisão de Microbiologia e Imunologia, atividade desenvolvida em parceria com o Serviço Nacional da Peste. Entre os documentos produzidos e acumulados pelos departamentos e laboratórios que desenvolvem atividades de pesquisa encontram-se relatórios e protocolos de experiências, cadernos de protocolo, cadernos de campo e de laboratório, cadernos de necropsias, artigos científicos, cartas, formulários com resultados de exames, exames diagnósticos e livros de registro, entre outros. Quanto aos serviços de assistência médica destacam-se os documentos do Hospital Evandro Chagas, como prontuários médicos de portadores de doença de Chagas. Sobre as atividades de ensino desenvolvidas no IOC os documentos refletem aspectos da administração acadêmica da Coordenação dos Cursos desenvolvidos desde a década de 1910 (1908-1969) e do Curso Especializado de Higiene e Saúde Pública. Documentos iconográficos: reúne fotografias que retratam as atividades desenvolvidas pelo IOC (1873-1980) desde sua criação, como a construção de seus pavilhões; aspectos gerais do campus e arredores; principais personagens, entre eles pesquisadores, técnicos, alunos e funcionários; expedições científicas e material coletado; campanhas sanitárias; visitantes ilustres; aspectos técnicos e científicos das pesquisas; produção de imunobiológicos e de fármacos; pacientes e eventos. Inclui também imagens da atuação de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas e de diplomas, condecorações, títulos e registros de participação em sociedades científicas. O fundo contém esboço do futuro Pavilhão Mourisco feito por Oswaldo Cruz, desenhos com detalhes das edificações do IOC, do Pavilhão da Exposição de Dresden, da descrição morfológica de insetos e helmintos pertencentes à documentação produzida e acumulada no âmbito das coleções científicas de entomologia e helmintologia, além de cartazes de eventos científicos, de cursos e das Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Documentos cartográficos: reúne mapas de vários estados brasileiros com representações de registros epidemiológicos, indicando áreas de incidência da febre amarela, e plantas com perspectiva geral e detalhes de fachadas e pavimentos das construções dos primeiros pavilhões e do edifício principal do conjunto histórico do IOC. Inclui também levantamentos topográficos da área; planta da residência de Oswaldo Cruz no bairro

de Botafogo; plantas da fazenda Manguinhos e do campus da Fiocruz (1903-1932). Documentos sonoros: reúne registro dos discursos da cerimônia de posse da diretoria do IOC em 28 de abril de 1989. Documentos filmográficos: reúne filmes produzidos em 1911. O primeiro, intitulado Chagas em Lassance, mostra Carlos Chagas e doentes estudados por ele em Lassance (MG), região onde, em 1909, foi descoberta a doença que leva seu nome. Provavelmente Carlos Chagas exibiu esse filme nas suas aulas e também na Academia Nacional de Medicina. O segundo filme, Serviço de Febre Amarela, apresenta imagens do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, da ação dos guardas sanitários no combate ao mosquito transmissor e das diversas técnicas de desinfecção das casas, da cobertura das casas com pano americano, do isolamento dos doentes, do aparelho Clayton, e do nascimento do mosquito *Aedes aegypti*. Os filmes foram apresentados por Oswaldo Cruz na Exposição Internacional de Higiene, realizada em 1911 em Dresden, Alemanha.

2- Fundo Fundação Serviços de Saúde Pública:

Descrição do Produtor:

A Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) originou-se do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), agência bilateral criada em 17 de julho de 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, visava implantar ações de combate à malária e a outras endemias, nas áreas de extração da borracha, na Amazônia, e de minérios, no vale do rio Doce, regiões estratégicas para os esforços de guerra. Suas atribuições abarcavam desde o saneamento do vale do Amazonas, a profilaxia e assistência sobre malária, a construção e administração de escolas de enfermagem, hospitais e centros de saúde, a formação e o aperfeiçoamento de médicos, enfermeiras e engenheiros sanitaristas, até a colaboração com o Serviço Nacional de Leprosia e a criação de sistemas de águas e esgoto. Sua estrutura administrativa era constituída por uma Superintendência, pelas divisões de Engenharia, Educação Médica, Enfermagem, Leprosia e Administração, e por órgãos locais, como os programas da Amazônia, do Rio Doce, de Migração e da Mica. Em 1944 a Divisão de Leprosia foi extinta, e a de Educação Médica, desmembrada em duas: Educação Sanitária e Médico-Sanitária. Em 1949 foram criados os programas da Bahia e do Nordeste. Em 1950 surgiu o Programa do São Francisco, seguido, em 1956, dos programas de Goiás, Mato Grosso e Maranhão. Em 1952 integravam seus órgãos centrais estas divisões: Organização Sanitária, Estatística Sanitária, Educação Sanitária, Enfermagem e Engenharia. A partir de 1954, o SESP expandiu sua atuação no território nacional, dividindo responsabilidades pelas atividades de saúde e saneamento com os governos estaduais por meio dos Serviços Cooperativos de Saúde. Em 1957 os órgãos centrais assim se estruturavam: Divisão de Orientação Técnica, de Educação e Treinamento, de Enfermagem e de Engenharia. Pouco antes do término do acordo bilateral que garantia o funcionamento do SESP o presidente Juscelino Kubitschek sancionou a lei n. 3.750, de 11 de abril de 1960, transformando-o na Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), vinculada ao Ministério da Saúde (MS). Com o decreto n. 52.076, de 29 de maio de 1963, as diretorias ficaram subordinadas às Divisões de Orientação Técnica, de Saúde Ocupacional, de Administração e de Engenharia. Pela lei n. 5.318, de 26 de setembro de 1967, coube à FSESP executar ações na política de saneamento do governo federal, atuando com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento e o Departamento Nacional de Endemias Rurais. Pelo decreto-lei n. 904, de 1o de outubro de 1969, o nome Fundação Serviço Especial de Saúde Pública foi alterado para Fundação Serviços de Saúde Pública, mantendo-se, porém, sua sigla anterior. A FSESP teve papel

preponderante na Campanha de Erradicação da Varíola, através de convênio assinado com o MS em janeiro de 1970. Em 1986, o MS e a FSESP direcionaram ações para o controle das doenças sexualmente transmissíveis, desenvolvendo projeto-piloto em dez estados. Com a reforma administrativa do governo Collor, foi criada a Fundação Nacional de Saúde, instituída pela lei n. 81, de 6 de dezembro de 1990, resultado da fusão da FSESP com a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública.

Âmbito e conteúdo:

Reúne memorandos, atas, balancetes, projetos, manuais, orçamentos, emendas, portarias, fotografias, editais, boletins, organogramas, regimentos, normas, relatórios, convênios e contratos, entre outros documentos, referentes às atividades do SESP e da FSESP, tais como: finanças, material e patrimônio, trabalhos apresentados em congressos, seminários e simpósios, formação e aperfeiçoamento de pessoal, cursos, treinamentos e estágios, programas de educação sanitária, tratamento e controle de doenças, construção de unidades de saúde, assistência hospitalar em geral, assistência odontológica e saneamento básico, com abastecimento de água, esgoto sanitário e controle ambiental.

3- Fundo Fundação Rockefeller

Descrição do Produtor:

A Fundação Rockefeller foi criada em 1913, no contexto da remodelação dos códigos sanitários internacionais vivenciada no início do século XX. Com o objetivo de implantar medidas sanitárias uniformes no continente americano, consolidou-se nessa época uma ampla rede de organizações internacionais, cujo financiamento provinha, em sua maior parte, dos Estados Unidos. Instituição filantrópica e de cunho científico, ela atuou prioritariamente nas áreas de educação, medicina e sanitarismo. Estava associada a um grande grupo industrial e comercial norte-americano, liderado pelo milionário John D. Rockefeller, e priorizou o campo da saúde pública, atuando inicialmente no sul dos Estados Unidos, mas depois estendeu seus métodos de trabalho a outros países que apresentassem necessidade de controle e erradicação de moléstias, tais como ancilostomíase, febre amarela e malária. Por meio da recém-criada Junta Internacional de Saúde e com base em convênios de cooperação com instâncias governamentais federal e estadual em diversos países, teve sua atuação estendida a grande parte da América Latina. Chegou ao Brasil em 1916 e logo entrou em contato com importantes cientistas do país. No entanto, data de 1923 o estabelecimento do seu convênio com o governo brasileiro, que garantiu a cooperação médico-sanitária e educacional para programas de erradicação das endemias, problema grave e caro ao governo, sobretudo em relação às regiões do interior, onde os trabalhos se concentraram no combate à febre amarela e mais tarde à malária. A partir de 1930 intensificou e institucionalizou suas atividades, atuando lado a lado com organismos governamentais, notadamente no combate à febre amarela, doença que acreditavam poder erradicar do país. Esse processo foi simultâneo à sua associação com os serviços constituídos para atuar nesse mesmo cenário – como o Serviço Nacional de Febre Amarela e o Serviço de Malária do Nordeste –, o que concorreu para ampliar o alcance de suas ações, ao mesmo tempo em que propiciou uma troca de experiências e influências entre as instituições brasileiras e a norte-americana. Nesse esforço, mobilizou seu staff em duas grandes áreas de atuação: de um lado, as campanhas de erradicação do mosquito vetor da febre amarela e pesquisas

epidemiológicas em campo; de outro, as atividades em laboratório visando aprofundar os conhecimentos sobre a doença e produzir uma vacina eficaz contra ela. A partir de 1940, com laboratório já montado e fabricando a vacina anti-amarela, a Fundação Rockefeller vai paulatinamente transferindo o controle dessas atividades para o já estruturado Serviço Nacional de Febre Amarela, até que, em 1950, retirou-se formalmente do controle dessas atividades, passando a direção do laboratório de pesquisas e de produção da vacina para o Instituto Oswaldo Cruz (IOC).

Âmbito e conteúdo:

Reúne fotografias referentes às ações empreendidas pela Fundação Rockefeller no Brasil, com ênfase no Rio de Janeiro, Bahia e Ceará e, em menor medida, na América Latina. Registram desde as pesquisas científicas, o processo de fabricação de vacina anti-amarela e os serviços de combate à febre amarela e à malária, até aspectos das regiões do país onde a instituição atuou.

4- Fundo Belisário Penna:

Descrição do Produtor:

Nasceu em 29 de novembro de 1868, em Barbacena (MG), filho de Belisário Augusto de Oliveira Penna e Lina Leopoldina Laje Duque Penna. Iniciou seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, graduando-se em 1890 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi vereador pelo município de Juiz de Fora até 1903, quando se mudou para o Rio de Janeiro para prestar concurso para a Diretoria Geral de Saúde Pública. Foi nomeado inspetor sanitário na 4a. Delegacia de Saúde, atuando no combate à varíola. Em 1905 foi designado para trabalhar na Inspetoria de Profilaxia Rural da Febre Amarela, incorporando-se à campanha chefiada por Oswaldo Cruz para a erradicação da doença no Rio de Janeiro. A partir de então e até 1913, dedicou-se ao combate de endemias rurais, como a malária e a ancilostomíase. Em 1914 reassumiu o cargo de inspetor sanitário no Rio de Janeiro, instalando, dois anos depois, o primeiro Posto de Profilaxia Rural do país, no subúrbio carioca de Vigário Geral. Através do jornal Correio da Manhã iniciou uma campanha pelo saneamento físico e moral do país. Em 1918 publicou o livro Saneamento do Brasil, foi nomeado para dirigir o Serviço de Profilaxia Rural e presidiu a Liga Pró-Saneamento do Brasil. Entre 1920 e 1922 foi diretor de Saneamento e Profilaxia Rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), instalando em 15 estados os serviços de profilaxia rural. Em 1924, em virtude de seu apoio ao movimento contra o governo do presidente Arthur Bernardes, foi preso e suspenso de suas funções, às quais foi reintegrado apenas em 1927. Um ano depois, ocupou a chefia do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, percorrendo os estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, até ser requisitado pelo governo do Rio Grande do Sul para estudar as condições sanitárias daquele estado. Em 1930 assumiu a chefia do DNSP, em substituição a Clementino Fraga, que se exonerara em razão da vitória da Revolução de 1930. Durante dois breves períodos, em setembro de 1931 e dezembro de 1932, ocupou interinamente o Ministério de Educação e Saúde. Ao final desse ano, deixou o DNSP. Nessa época, filiou-se à Ação Integralista Brasileira e tornou-se membro da Câmara dos 40, órgão máximo do integralismo. Morreu em 4 de novembro de 1939, no Rio de Janeiro.

Âmbito e conteúdo:

Reúne cartas, bilhetes, projetos, relatórios, conferências, discursos, artigos, recortes de jornais, folhetos, fotografias e mapas, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular na política de saúde pública brasileira, nas campanhas de saneamento rural e em questões sobre eugenia.

5 – Fundo Casa de Oswaldo Cruz**Descrição do Produtor:**

A Casa de Oswaldo Cruz (COC) foi criada no contexto das transformações político-estruturais realizadas na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) durante a gestão de Sérgio Arouca, pelo ato da Presidência n. 221, de 19 de novembro de 1985, com a missão de coordenar e desenvolver atividades de recuperação da memória e da história referentes à Fiocruz e à saúde no Brasil, estabelecer uma política de preservação documental em âmbito institucional, estabelecer um plano diretor para o melhor aproveitamento do complexo arquitetônico histórico – constituído pelo Pavilhão Mourisco, pela Cavalariça e pelo Prédio do Relógio – e do campus de Manguinhos, além de desenvolver atividades de animação científica e cultural. A COC ficou, nesse período, subordinada à Vice- Presidência de Desenvolvimento, e a ela foi incorporado o Museu Oswaldo Cruz. Criaram-se, ainda, o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, o Núcleo de Animação Cultural e o Núcleo de Proteção e Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico. Foi transformada em unidade da Fiocruz pelo ato da Presidência n. 56, de 15 de maio de 1987, e ficou sob responsabilidade de um diretor e um conselho consultivo. Em 16 de agosto de 1989, através do ato da Presidência n. 133, seu regimento interno foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz, mantendo em linhas gerais as mesmas atribuições de quando foi criada. A estrutura organizacional consolidada naquela ocasião foi esta: diretor, vice-diretor, administrador, conselho consultivo, conselho interdepartamental, conselho administrativo, congregação e assembleia geral. Como órgãos executivos o regimento apontou os departamentos de Arquivo e Documentação, Pesquisa, Patrimônio Histórico e Artístico, Museu, bem como os núcleos de Promoção Cultural e Editorial. Em 2006 a COC iniciou um processo de reestruturação organizacional que foi finalizado em julho de 2007. Consolidada como unidade técnico-científica, é responsável por ações de produção e disseminação do conhecimento histórico sobre a Fiocruz, a saúde e as ciências biomédicas; de preservação e valorização da memória institucional e dos seus campos de atuação; de divulgação e educação em saúde, ciência e tecnologia; e de ensino, formação e capacitação profissional. Compõem sua estrutura executiva a direção, as vice-diretorias de Pesquisa, Educação e Divulgação Científica, de Informação e Patrimônio Cultural e de Gestão e Desenvolvimento Institucional, além dos núcleos operacionais que executam atividades permanentes de caráter finalístico: Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde, Departamento de Arquivo e Documentação, Departamento de Patrimônio Histórico e Departamento Museu da Vida. Sob a coordenação das vice-diretorias encontram-se o Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, a Editoria da revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, o Serviço de Gestão da Informação, o Serviço de Tecnologias da Informação, o Serviço de Biblioteca, o Serviço de Gestão do Trabalho, o Serviço de Planejamento e Orçamento e o Departamento de Administração.

Âmbito e conteúdo:

Documentos textuais: reúne projetos de pesquisa, formulários e relatórios técnicos, entre outros documentos, referentes aos projetos Organização e ampliação da documentação iconográfica do Museu do Instituto Oswaldo Cruz e Ampliação e organização do acervo iconográfico da Casa de Oswaldo Cruz, desenvolvidos pela instituição com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos. Documentos iconográficos: reúne fotografias de coberturas de eventos promovidos pela Fiocruz e pela COC – exposições, seminários, mesas-redondas, encontros e comemorações institucionais, além de projetos técnico-científicos realizados pelos departamentos e núcleos, como atividades de restauro e conservação arquitetônica, divulgação científica e projetos de organização, conservação e produção documental. Documentos sonoros: reúne depoimentos orais no gênero história de vida, de profissionais que desenvolveram suas atividades no âmbito das ciências biomédicas e da saúde pública no Brasil, além de gravações integrais de eventos promovidos pela Fiocruz, como o Congresso Interno, e também pela COC, como os Encontros de História e Saúde. Documentos filmográficos: reúne documentários produzidos pelo Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) abordando temáticas relacionadas à história da instituição e à história das ciências biomédicas e da saúde pública. Inclui também vídeos produzidos e acumulados por outras instituições mediante doações e levantamentos em outros acervos, para execução de projetos e documentários realizados em cooperação com outras instituições.

6- Fundo Presidência da Fundação Oswaldo Cruz

Descrição do Produtor:

O primeiro estatuto da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), aprovado pelo decreto n. 67.049, de 13 de agosto de 1970, definiu uma estrutura organizacional que comportava estas instâncias de gestão, administração e assessoramento superior: Conselho de Administração; Presidência; Conselho Técnico-Consultivo e Consultoria Jurídica. Definiu, ainda, a Junta de Controle como órgão de fiscalização financeira. Presidido pelo ministro da Saúde e composto por membros por ele designados, o Conselho de Administração tinha por atribuição fixar as normas necessárias à gestão administrativa e financeira da instituição. O mesmo instrumento estabelecia que a Fiocruz seria presidida pelo diretor do Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Ao presidente cabiam atribuições executivas no que concerne à direção, coordenação e orientação das atividades da instituição. A ele competia, ainda, presidir o Conselho Técnico-Consultivo que, composto pelos diretores do Instituto Castelo Branco, do Instituto de Produção de Medicamentos, por chefes de alguns departamentos e pelo coordenador dos institutos autônomos, tinha por atribuição opinar acerca de questões técnico-científicas. O primeiro regimento, também de 1970, constituiu a Administração Geral da instituição e conferiu ao núcleo da Presidência uma estrutura que comportava um gabinete, uma assessoria e o Serviço de Relações Públicas. Em 1976, essa estrutura de gestão e administração superior sofreu a primeira modificação. Um novo estatuto suprimiu o Conselho de Administração, desvinculou o exercício da presidência da direção do IOC e transformou o Conselho Técnico-Consultivo em Conselho Técnico Científico, que, de órgão de representação interna, passou a ser composto por conselheiros nomeados pelo ministro. O mesmo instrumento também previu, pela primeira vez, a existência de vice-presidências, transformou a Junta de Controle em Unidade de Controle Interno e criou a Assessoria de Segurança e Informações. Ao

final desse ano estavam também constituídas a Superintendência de Administração Geral, a Assessoria Geral de Planejamento, a Assessoria de Relações Públicas e a Prefeitura do campus. Em dezembro de 1979, foram pela primeira vez definidos os campos de atuação das vice-presidências, contemplando as áreas de pesquisa, de recursos humanos e de desenvolvimento tecnológico. Competia aos vice-presidentes a direção das unidades centrais de suas áreas, respectivamente o IOC, a Escola Nacional de Saúde Pública e o Laboratório Central de Drogas, Medicamentos e Alimentos, que em junho de 1981 passou a denominar-se Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde. Entre o final da década de 1980 e o início da seguinte, as áreas de atuação das vice-presidências foram redefinidas, refletindo as deliberações do I e II Congressos Internos da Fiocruz. Na década de 1990 as áreas de planejamento e administração centralizadas sofreram modificações, em boa parte decorrentes da adequação da estrutura da Fiocruz às normas gerais definidas para a administração federal. Entre as alterações ocorridas nesse período, destacam-se a criação da Diretoria de Recursos Humanos; a transformação também em diretoria da Superintendência de Administração Geral e a transformação da Superintendência de Planejamento em Assessoria de Planejamento Estratégico. Atualmente a Presidência da Fiocruz contempla as vice-presidências de Pesquisa e Laboratórios de Referência; Desenvolvimento Institucional e Gestão do Trabalho; Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde; Produção e Inovação em Saúde; Ensino, Informação e Comunicação. Conta ainda com nove órgãos de assistência direta, quatro unidades técnico-administrativas e uma unidade de apoio.

Âmbito e conteúdo:

Documentos textuais: reúne cartas, ofícios, memorandos, telegramas, relatórios, atas de reuniões, atos da Presidência, resoluções, portarias, comunicados, designações, currículos, recortes de jornais, balancetes, projetos, ordens de serviço e organogramas, entre outros documentos relativos às atividades de planejamento e gestão superior da Fiocruz e à sua estrutura organizacional, aos processos eleitorais, ao Congresso Interno, à administração do campus, às atividades comerciais nacionais e internacionais, à gestão econômica, financeira, contábil e dos bens imóveis, ao gerenciamento de recursos humanos e das atividades administrativas que viabilizam a pesquisa, o ensino, a produção e os serviços desenvolvidos pelas unidades técnico-científicas da Fiocruz. Documentos iconográficos: reúne fotografias que retratam aspectos das fachadas do Pavilhão Mourisco, do Centro de Pesquisa Gonçalo Muniz e de algumas construções do campus de Manguinhos, alunos do Curso de Aplicação do IOC, instalações de Farmanguinhos, campanha sanitária com resinato de cobre – pó e pasta – no combate à esquistossomose no Espírito Santo e aspectos da Ilha do Pinheiro, na baía de Guanabara. Documentos cartográficos: reúne plantas arquitetônicas de projetos de engenharia e arquitetura, bem como propostas técnicas para a coordenação e execução de obras de construção e reformas no campus de Manguinhos. Documentos sonoros: reúne gravações de debates com candidatos à Presidência da Fiocruz; transmissão de cargo e posse da diretoria do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde; de posse e reuniões do Conselho Técnico-Científico da Fiocruz; do I Congresso Interno e de eventos diversos organizados pela instituição, como comemorações, homenagens, mostras, palestras e campanhas de vacinação. Documentos tridimensionais: reúne placa comemorativa da visita do presidente Ernesto Geisel à Fiocruz, em 14 de junho de 1976.

7- Fundo Carlos Chagas

Descrição do Produtor:

Nasceu em 9 de julho de 1878, numa fazenda próxima à cidade de Oliveira (MG), filho de José Justiniano Chagas e Mariana Candida Ribeiro de Castro Chagas. Em 1897 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou em 1903. Sua tese de doutoramento para conclusão do curso médico, abordando os aspectos hematológicos da malária, foi desenvolvida no Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 e denominado, a partir de 1908, Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Em 1904 abriu consultório no centro do Rio de Janeiro e, como médico da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), trabalhou no hospital de Jurujuba, Niterói. Em 1905 foi encarregado, por Oswaldo Cruz, de combater uma epidemia de malária em Itatinga (SP) que prejudicava as obras da Companhia Docas de Santos destinadas à construção de uma usina hidrelétrica. Dois anos depois, coordenou a profilaxia da malária em Xerém (RJ), onde a Inspetoria Geral de Obras Públicas realizava a captação de águas para a capital federal. Constatando que a transmissão da doença ocorria fundamentalmente no interior dos domicílios, defendeu que os mosquitos deveriam ser combatidos preferencialmente mediante aplicação de substâncias inseticidas, como o piretro, nesses ambientes. A teoria da infecção domiciliária da malária e o método profilático a ela associado seriam reconhecidos como importantes contribuições à malariologia. Em junho de 1907 foi designado para combater uma epidemia de malária que afetava as obras de extensão da Estrada de Ferro Central do Brasil entre Corinto e Pirapora (MG). No povoado de São Gonçalo das Tabocas— que, a partir de 1908, com a inauguração da ferrovia, ganharia o nome de Lassance — improvisou um laboratório num vagão de trem. Por intermédio do chefe dos engenheiros, Cornélio Cantarino Motta, tomou conhecimento da existência de um inseto hematófago comum na região, que proliferava nas frestas das paredes das casas de pau a pique, popularmente conhecido como barbeiro. Examinando-lhes o intestino, identificou uma nova espécie de tripanossoma, que denominou de *Trypanosoma cruzi*, em homenagem a Oswaldo Cruz. No dia 14 de abril de 1909, em Lassance, identificou o novo parasito no sangue de uma criança febril de dois anos, chamada Berenice, que seria então considerada o primeiro caso de uma nova tripanossomíase humana, a tripanossomíase americana ou doença de Chagas. A descoberta e os estudos sobre a nova doença trouxeram grande prestígio ao cientista, que se tornaria membro de importantes associações médicas e científicas no Brasil e no exterior, e ao IOC, a cuja equipe ele se integrara como pesquisador em março de 1908. Em outubro de 1910 a Academia Nacional de Medicina abriu vaga extraordinária para recebê-lo como membro titular. Em junho de 1912 foi agraciado com o prêmio Schaudinn de protozoologia, concedido pelo Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo. Por duas vezes foi indicado ao prêmio Nobel, para os anos de 1913 e 1921. Com a colaboração de outros cientistas do IOC, dedicou-se a investigar os vários aspectos da nova doença, como as características biológicas do vetor e do parasito, o quadro clínico e a patogenia da infecção, a transmissão e o diagnóstico. Entre 1912 e 1913, chefiou uma expedição ao vale do rio Amazonas para estudar as condições sanitárias da região. O relatório da viagem enfatizou o abandono médico e social em que viviam as populações na Amazônia. Foi uma das lideranças do movimento sanitarista que, entre 1916 e 1920, reuniu médicos, cientistas e intelectuais em torno da ideia de que o atraso do país era fruto das endemias que assolavam seu interior, e que, portanto, o combate a tais enfermidades deveria ser prioridade do Estado. Em fevereiro de 1917, por ocasião da morte de Oswaldo Cruz, assumiu a direção do IOC, cargo que ocuparia até o final de sua vida. Em 1918 foi incumbido pela Presidência da República de coordenar o combate à epidemia de gripe espanhola na capital federal. Em outubro de 1919 foi nomeado para a DGSP, transformada, em janeiro de 1920, no Departamento Nacional de Saúde Pública, que dirigiu até 1926. No cenário internacional, destacou-se como membro do Comitê de Higiene da Liga das Nações, a partir de 1922, e idealizador e primeiro diretor do Centro Internacional de

Leprologia, instalado em 1934. Foi professor do Curso de Aplicação do IOC e, em 1925, tornou-se o primeiro titular da então criada cadeira de medicina tropical da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Morreu em 8 de novembro de 1934, no Rio de Janeiro.

Âmbito e conteúdo:

Reúne cartas, telegramas, ofícios, relatórios de atividades, atas, notas, textos e artigos científicos, discursos, conferências, diplomas, designações, declarações, apostilas, fotografias, caricaturas, periódicos, recortes de jornais e folhetos, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular como pesquisador assistente, chefe de serviço e diretor do Instituto Oswaldo Cruz, diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, professor catedrático da Universidade do Rio de Janeiro, diretor do Centro Internacional de Leprologia, membro do Comitê de Higiene da Liga das Nações e de diversas sociedades e associações científicas, bem como representante do Brasil em eventos no exterior.

8- Fundo Oswaldo Cruz

Descrição do Produtor:

Nasceu em 5 de agosto de 1872, em São Luís do Paraitinga (SP), filho de Bento Gonçalves Cruz e Amália Bulhões Cruz. Em 1887 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Durante o curso foi nomeado ajudante de preparador junto ao Laboratório de Higiene da faculdade. Formouse em 1892, apresentando a tese de doutoramento A veiculação microbiana pelas águas. No ano seguinte instalou em sua residência um pequeno laboratório de microbiologia. Nesse período, assumiu tanto a clínica que pertencera a seu pai como o ambulatório em que ele cuidava dos funcionários da Fábrica de Tecidos Corcovado. Em 1894, a convite de Egydio Salles Guerra, trabalhou na Policlínica Geral do Rio de Janeiro como responsável pela montagem e chefia do laboratório de análises clínicas que apoiava o Serviço de Moléstias Internas. No mesmo ano, auxiliou o Instituto Sanitário Federal, chefiado por Francisco Fajardo, a diagnosticar o cólera como a epidemia reinante no vale do Paraíba. Em 1897 foi para Paris, onde estudou microbiologia, soroterapia e imunologia no Instituto Pasteur e medicina legal no Instituto de Toxicologia. Retornou em 1899, reassumiu seu cargo na Policlínica e foi convidado para fazer parte da comissão chefiada por Eduardo Chapot-Prévost a fim de verificar a mortandade de ratos responsável pelo surto de peste bubônica em Santos. De volta ao Rio de Janeiro, foi convidado a ocupar a direção técnica do Instituto Soroterápico Federal que estava sendo construído na Fazenda Manguinhos, comandado pelo barão de Pedro Affonso, proprietário do Instituto Vacínico Municipal, e cujo funcionamento se iniciou em 1900. Em 1902, após divergências internas que provocaram a exoneração do barão, passou a dirigir sozinho a instituição. No ano seguinte, assumiu o comando da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) com o desafio de empreender uma campanha sanitária para combater as principais doenças que grassavam na capital federal: febre amarela, peste bubônica e varíola. Os métodos utilizados em relação às epidemias, por muitos considerados autoritários, abarcaram desde o isolamento dos doentes, a notificação compulsória dos casos positivos, a captura dos vetores – mosquitos e ratos –, até a desinfecção das moradias situadas em zonas de focos. Em 1904, após a aprovação da lei da vacinação antivariólica obrigatória, ocorreu uma revolta popular, seguida da

tentativa de golpe por parte dos militares – episódio da Revolta da Vacina. Durou uma semana e foi sufocada com saldo de mortos, feridos e presos, o que levou à revogação da obrigatoriedade. Entre 1905 e 1906 realizou, pela DGSP, uma expedição a trinta portos marítimos e fluviais de Norte a Sul do país, com o objetivo de estabelecer um código sanitário de acordo com os preceitos internacionais. Em 1907 recebeu a medalha de ouro em nome da seção brasileira presente no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim. Terminado o evento, foi a Paris, com o objetivo de estreitar laços científicos com o Instituto Pasteur, e em seguida a Nova York, onde conheceu o Instituto de Pesquisas Médicas fundado por John D. Rockefeller. Nesse período, cumprindo missão delegada pelo governo brasileiro, reuniu-se com o presidente Theodore Roosevelt para lhe garantir que a esquadra norte-americana poderia desembarcar na capital federal sem temer a febre amarela. Encontrava-se ainda no exterior quando, em dezembro de 1907 o presidente Afonso Pena, através do decreto n. 1.812, transformou o Instituto Soroterápico em Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos. Em sua volta ao país, no início de 1908, foi recepcionado como herói nacional, e não mais criticado por sua conduta à frente das campanhas sanitárias. A falta de empenho das autoridades em regulamentar a vacinação antivariólica e em tornar permanentes os serviços da DGSP, trouxeram-lhe grande desgaste. Em 1909, por força da lei que proibia a acumulação de cargos, solicitou sua exoneração e optou pela direção do instituto que passou a levar seu nome. Em Manguinhos realizou o levantamento das condições sanitárias do interior do país por meio de expedições científicas promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), tais como, em 1910, os combates à malária durante a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, para onde viajou em companhia de Belisário Penna, e à febre amarela, a convite do governo do Pará. Em 1913 ingressou na Academia Brasileira de Letras na vaga do poeta Raymundo Corrêa, e um ano depois foi agraciado com o título de oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra da França. Após deixar o comando do IOC no início de 1916, em consequência do agravamento de sua doença renal, foi residir em Petrópolis, onde ocupou o cargo de prefeito por nomeação de Nilo Peçanha, presidente do estado do Rio de Janeiro. Morreu em 11 de fevereiro de 1917, em Petrópolis.

Âmbito e conteúdo:

Reúne cartas, cartões, bilhetes, ofícios, telegramas, certidões, nomeações, conferências, discursos, relatórios, decretos, prospectos, catálogos, cadernos de aulas, resumos, textos e artigos científicos, orçamentos, projetos, recibos, desenhos e recortes de jornais, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular como pesquisador e diretor do Instituto Oswaldo Cruz, diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública e prefeito de Petrópolis, bem como representante do Brasil em eventos no exterior.

9- Fundo Evandro Chagas

Descrição do Produtor:

Nasceu em 10 de agosto de 1905, no Rio de Janeiro, filho de Carlos Ribeiro Justiniano Chagas e Íris Lobo Chagas. Realizou os estudos primários no Colégio Rezende e os secundários no Colégio Pedro II. Sendo seu pai diretor do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), teve a infância e a juventude marcadas pela convivência estreita com os principais cientistas e intelectuais brasileiros e estrangeiros da época. Em 1921 ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro e optou por realizar seu internato no Hospital Oswaldo Cruz (HOC), que posteriormente levaria seu nome, e no Hospital São Francisco de Assis, sob a orientação de Carlos Chagas e Eurico Villela, com quem aprofundou seus estudos de cardiologia. No HOC, ainda estudante, foi responsável pelo Serviço de Radiologia e Eletrocardiografia. Ao se formar em 1926, assumiu a chefia do Serviço e de uma enfermagem do HOC. Como conhecedor de radiologia e eletrocardiografia, exerceu a clínica especializada no Rio de Janeiro, onde foi um dos primeiros a fazer o exame complementar eletrocardiográfico. Em 1930 tornou-se livre-docente da cátedra de medicina tropical da Faculdade de Medicina, que era ocupada por seu pai, apresentando tese intitulada Forma cardíaca da tripanossomíase americana. Nesse ano assumiu a chefia do laboratório do HOC, encarregado da Seção de Patologia Humana. Em 1936 chefiou a Comissão Encarregada dos Estudos da Leishmaniose Visceral Americana (CEELVA), organizada pelo IOC com o objetivo de investigar a doença, cuja nosologia era praticamente desconhecida na América do Sul. Após algumas excursões pelas regiões Norte e Nordeste, descobriu o primeiro caso humano da leishmaniose visceral americana, cabendo à sua equipe a descrição da doença, identificada como autóctone. Ainda em 1936, obteve o apoio do governo do Pará para a criação do Instituto de Patologia Experimental do Norte, com sede em Belém, atual Instituto Evandro Chagas, e foi designado pelo IOC para orientar as suas atividades técnicas e científicas. O instituto tinha como missão estudar os problemas médico-sanitários da região, orientando sua profilaxia e assistência. O alargamento das atividades da CEELVA levou à formação do Serviço de Estudos das Grandes Endemias (SEGE), em 1937, para o qual foi nomeado superintendente. A criação do SEGE correspondeu à necessidade de estender ao interior as atividades do IOC e esclarecer os principais problemas de patologia regional do país. Foram realizadas pesquisas sobre leishmaniose visceral e tegumentar, malária, doença de Chagas, esquistossomose, filariose e boubá. Em 1938 instalou um laboratório em Recife (PE) voltado para o estudo da esquistossomose, cujos trabalhos ficaram a cargo da Comissão de Estudos de Patologia Experimental do Nordeste. Ainda nesse ano instalou-se um posto de pesquisas em Russas (CE), o qual contribuiu com a campanha de erradicação do vetor da epidemia de malária ocorrida na região, o mosquito *Anopheles gambiae*, em ação conjunta com o Serviço de Malária do Nordeste e a Fundação Rockefeller. Em 1940, com a cooperação da Delegacia Federal de Saúde da 2ª Região, realizou o levantamento epidemiológico da malária no vale do Amazonas, sobre o qual se apoiaria a campanha federal de saneamento. Morreu em 8 de novembro de 1940, no Rio de Janeiro.

Âmbito e conteúdo:

Reúne cartas, telegramas, circulares, ofícios, memorandos, diários, relatórios, decretos, artigos científicos, textos de pesquisa, teses, álbuns de recortes de jornais, fotografias, listas de controle de animais, fichas de exame anatomopatológicos, protocolos de necropsia, planos de combate de endemias, balanços, recibos de pagamento, designações, plantas e mapas, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular como pesquisador e formulador de políticas de combate às grandes endemias nacionais.

10- Fundo Carlos Chagas Filho

Descrição do Produtor:

Nasceu em 12 de setembro de 1910, no Rio de Janeiro, filho de Carlos Ribeiro Justiniano Chagas e Iris Lobo Chagas. Em 1926 ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, onde se formou em 1931. Ainda como estudante estagiou, em sucessão, nos laboratórios de José da Costa Cruz, Miguel Ozório de Almeida e Carneiro Felipe, do Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Entre 1933 e 1934 frequentou o Curso de Aplicação do IOC. Foi efetivado em 1932 como assistente da cátedra de anatomia patológica e em 1935 foi aprovado em concurso para livre-docência da cátedra de física biológica daquela Faculdade. Ainda neste ano casou com Anna Leopoldina de Mello Franco, tendo quatro filhas: Maria da Glória, Silvia Amélia, Anna Margarida e Cristina Isabel. Em 1937 alcançou a cátedra de física biológica da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. A partir desta, criou em 1945 o Instituto de Biofísica, que hoje leva seu nome, e do qual foi diretor entre 1946-1964 e 1970-1973. Ali, no âmbito pioneiro de um instituto universitário de pesquisas, introduziu métodos e técnicas da física e da físico-química no estudo de fenômenos biológicos. Com a morte do irmão Evandro Chagas em 1940, retornou ao IOC como superintendente interino do Serviço de Estudo das Grandes Endemias (1941-1942). Em 1946 obteve o grau de doutor em ciências pela Universidade de Paris ao apresentar a tese intitulada *Quelques aspects de l'électrogénèse chez l'Electrophorus electricus*. De 1951 a 1955 foi diretor do Setor de Pesquisas Biológicas do Conselho Nacional de Pesquisas e membro de seu Conselho Deliberativo entre 1952 e 1960. No panorama internacional, foi delegado brasileiro nas I, II, XIII, XIV, XV Conferências Gerais da Unesco (1946, 1947, 1964, 1966 e 1968), membro do Comitê Assessor de Pesquisas Médicas da Organização Mundial da Saúde (1951-1962/1971-1973), vice-presidente e presidente da I e II Sessão do Comitê Científico das Nações Unidas sobre os Efeitos das Radiações Atômicas (1956), secretário-geral da I Conferência das Nações Unidas para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento (1963), membro do Comitê Consultivo para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (1964-1980), embaixador e chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Unesco (1966-1970). De 1964 a 1966 foi diretor da Faculdade de Medicina e de 1973 a 1977, decano do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrou ainda a Academia Brasileira de Ciências (1941), a Academia Nacional de Medicina (1959), a Academia Brasileira de Letras (1974), a Academia de Ciências da América Latina (1982) e a Academia de Ciências do Terceiro Mundo (1983). Membro da Academia Pontifícia de Ciências do Vaticano em 1961 foi seu presidente durante quatro mandatos consecutivos, entre 1972 e 1988, onde se destacou no processo de reabilitação de Galileu Galilei, na datação do Santo Sudário e na elaboração de documento contra a utilização da energia nuclear para fins não pacíficos. Morreu em 16 de fevereiro de 2000, no Rio de Janeiro.

Âmbito e conteúdo:

Reúne cartas, memorandos, ofícios, telegramas, bilhetes, convites, cartões-postais, discursos, conferências, diplomas, certificados, declarações, currículos,

projetos de pesquisa, comunicações, artigos científicos, programas de eventos, notas para imprensa, protocolos de pesquisa, atas de reunião, entrevistas, relatórios de atividades, jornais, informativos, fotografias, recortes de jornais e revistas, passaportes, mensagens por fax e cartazes, entre outros documentos referentes à vida pessoal e à trajetória profissional do titular como professor, pesquisador, dirigente e membro de numerosas instituições e associações científicas, acadêmicas e culturais, tanto no Brasil como no exterior.